

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

**VINICIUS COUTO SCHLINDWEIN**

**IDENTIDADE E MEMÓRIA DA CULTURA ALIMENTAR CAIÇARA  
EM TERRITÓRIO TURÍSTICO: UM ESTUDO DE CASO  
NO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO**

São Paulo  
2023

Identidade e Memória da Cultura Alimentar Caiçara em território turístico:  
Um Estudo de Caso no Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Vinicius Couto Schlindwein

Trabalho apresentado como requisito  
para conclusão do curso de graduação  
em Turismo da Universidade de  
São Paulo.

Orientadora: Clarissa Gagliardi

São Paulo  
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Schlindwein, Vinicius Couto

Identidade e Memória da Cultura Alimentar Caiçara em território turístico: Um Estudo de Caso no Parque Estadual da Ilha do Cardoso / Vinicius Couto Schlindwein; orientadora, Clarissa Gagliardi. - São Paulo, 2023.

92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. Unidades de Conservação. 2. Parque Estadual da Ilha do Cardoso. 3. Culinária Caiçara. 4. Patrimônio Imaterial. 5. Populações Tradicionais. I. Gagliardi, Clarissa . II. Título.

CDD 21.ed. - 910

---

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Schlindwein, Vinicius Couto

Título: Identidade e Memória da Cultura Alimentar Caiçara em território turístico: um Estudo de Caso no Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção da certificação de bacharelado em Turismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a minha orientadora Clarissa Gagliardi, que apesar das circunstâncias, teve paciência e compreensão, durante a construção deste trabalho.

Agradeço a Mayra, que ofereceu ajuda com a conexão com atores chaves e com sua experiência, contribuiu muito para a realização deste trabalho.

Agradeço a Candinho, que me apoiou e ajudou em todo o processo, inclusive com correções infinitas após expedientes noturnos, independente do cansaço.

Agradeço ao meu irmão que me ajudou na correção e formatação.

Agradeço meu tio Waltinho que cedeu moradia, sempre que necessitei dormir em São Paulo.

E finalmente agradeço aos membros das comunidades da Ilha do Cardoso. E espero que seja o primeiro de muitos outros trabalhos e que este se apresente de forma digna.

Gostaria de fazer uma consternação tosca ao meu time do coração, Botafogo de Futebol e Regatas, que me fez ter insónias em boa parte da realização deste trabalho, entregando um título de forma histórica.

*Se farinha fosse americana  
Mandioca importada  
Banquete de bacana  
Era farinhada*

(Juraildes da Cruz, 2007).

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga as mudanças na alimentação e na produção alimentar das populações caiçaras, diante da influência do turismo e da criação das Unidades de Conservação.

A globalização e a interação entre culturas, especialmente no âmbito do turismo, gera complexas transformações e influências mútuas. Contrariando a visão estática da tradição, este estudo evidencia a constante mutabilidade desses costumes, sujeitos a influências externas e a processos de reinvenção interna. Esse fenômeno é particularmente notável nas populações caiçaras da Ilha do Cardoso, cujas vidas foram impactadas por décadas de mudanças impulsionadas pela criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e conseqüentemente pelo turismo, o qual nas últimas décadas tornou-se uma das principais fontes de renda familiar.

Essas comunidades testemunharam significativas alterações em seu modo de vida e enfrentaram abordagens distintas de gestão da Unidade de Conservação que estão inseridas. Evidenciando a dinâmica adaptativa e as pressões externas sobre suas tradições alimentares e modos produtivos.

O trabalho utiliza de uma abordagem de pesquisa qualitativa, com o estudo de caso da Ilha do Cardoso, este trabalho utiliza abordagens de pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, metaetnografia e análise documental, contextualizando as circunstâncias locais e lacunas de pesquisa.

**Palavra-chave:** Unidades de Conservação, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Culinária Caiçara, Patrimônio Imaterial, Populações Tradicionais, Turismo.

## **ABSTRACT**

This course completion work investigates changes in the cuisine and food production of caiçara populations, due to the influence of tourism and Conservation Units.

The globalization and the interaction between cultures, especially in the field of tourism, generates complex transformations and mutual influences. Contrary to the static view of tradition, this study highlights the constant mutability of these customs, subject to external influences and processes of internal reinvention. This phenomenon is particularly notable in the Caiçara populations of Ilha do Cardoso, whose lives have been impacted by decades of changes driven by the creation of the Ilha do Cardoso State Park and consequently by tourism, which in recent decades has become one of the main sources of household income.

These communities witnessed significant changes in their way of life and faced different approaches to managing the Conservation Unit they are located. Highlighting the adaptive dynamics and external pressures on their food traditions and production methods.

The work uses a qualitative research approach, with the case study of Ilha do Cardoso, this work uses exploratory research approaches, bibliographical research, meta-ethnography and documentary analysis, contextualizing local circumstances and research gaps.

**Key Word:** Conservation Units, Ilha do Cardoso State Park, Cuisine Caiçara, Intangible Heritage, Traditional Population, Tourism.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo  
CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas  
CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente  
FF - Fundação Florestal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade  
IF - Instituto Florestal  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IP - Instituto de Pesca  
ITESP - Fundação Instituto de Terras de São Paulo  
IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza  
PE - Parque Estadual  
PEIC - Parque Estadual da Ilha do Cardoso  
SEADE - Sistema Nacional de Análise de Dados  
SMA-SP - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo  
SEMIL - Secretaria do Meio Ambiente Infraestrutura e Logística  
SIGAM - Sistema Integrado de Gestão Ambiental  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
UC - Unidade de Conservação

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Área e localização do Município de Cananéia-SP.....	15
Figura 2 - Imagem ilustrativa de contexto espacial do canal.....	15
Figura 3 - Território da população caiçara.....	18
Figura 4 - Objetos da produção de farinha.....	65
Figura 5 - Berereca.....	66
Figura 6 - Cação com Banana.....	69
Figura 7 - Mantimentos comprados pelos moradores.....	72
Figura 8 - Peixe defumado caiçara.....	73
Figura 9 - Arte de cerco no canal do Ararapira.....	75
Figura 10 - Calendário de atividades produtivas dos caiçaras do litoral sul.....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População nas comunidades do PEIC 1974-1998.....	38
Gráfico 2 - Número de visitantes anual no PEIC.....	52
Gráfico 3 - Influência do turismo na renda familiar por comunidade do PEIC.....	53
Gráfico 4 - Captura média anual da pesca artesanal de Cananéia.....	74
Gráfico 5 - Técnica de pesca utilizada pelos pescadores artesanais .....	77
Gráfico 6 - Captura entre pesca artesanal e industrial em Cananéia.....	78

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distância dos grandes núcleos emissores.....	16
Tabela 2 - Distância em km da comunidade do PEIC aos centros locais.....	17
Tabela 3 - Unidades de Conservação criadas entre 1960-1990 no Lagamar.....	20
Tabela 4 - Categorias de UC e seu Objetivo Básico.....	27
Tabela 5 - Exposição dos artigos da Lei N°9.985 e do Decreto Federal nº 4.340.....	29
Tabela 6 - Zoneamento segundo Decreto dos Parques Estaduais Paulistas.....	32
Tabela 7 - Edificações de populações não tradicionais.....	36
Tabela 8 - Resumo do Manual de ecoturismo de base comunitária da WWF.....	47
Tabela 9 - Características das comunidades.....	54
Tabela 10 - Atores ligados ao turismo no PEIC.....	55
Tabela 11 - IPHAN e o patrimônio imaterial alimentar.....	61
Tabela 12 - Porcentagem de pescado na dieta de comunidades caiçaras.....	79

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. TERRITÓRIO E CONTEXTUALIZAÇÃO LOCAL</b> .....	14
1.1 Localização.....	14
1.2 Sobre a população do Vale do Ribeira.....	17
<b>2. CONCEITOS AMBIENTAIS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> .....	22
2.1 Correntes ambientalistas, o mito da natureza intocada.....	22
2.2 Marcos do debate ambiental.....	23
2.3 Contexto do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.....	25
2.4 Questões jurídicas e as populações locais do PEIC.....	26
2.4.1 Regulamentação Federal.....	26
2.4.2 Regulamentação Estadual .....	30
2.5 Situação após plano de manejo de 1995-2001.....	34
2.5.1 Comitê de Apoio à Gestão.....	34
2.5.2 População do parque.....	35
2.5.3 Impacto ambiental.....	38
2.5.4 O mosaico do Jacupiranga e as comunidades do PEIC.....	39
<b>3. TURISMO</b> .....	43
3.1 Turismo de Base Comunitária.....	43
3.2 Ecoturismo .....	45
3.3 Breve histórico do turismo no PEIC.....	50
3.4 O ecoturismo de base comunitária no PEIC.....	51
<b>4. A CULTURA ALIMENTAR</b> .....	59
4.1 Patrimônio imaterial.....	59
4.2 A cultura caiçara.....	62
4.3 A cultura alimentar caiçara.....	63
4.4 A cultura alimentar e o turismo.....	78
4.5 Turismo e a revitalização de práticas.....	81
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	87

## INTRODUÇÃO

A interação entre as culturas receptoras e emissoras no contexto do turismo, resulta em transformações e influências complexas. No cenário globalizado e interconectado do nosso tempo, o processo de aculturação se tornou um fenômeno intrínseco às interações entre diferentes sociedades, produzindo e reproduzindo as identidades de nossa sociedade, tendo impacto nas escalas global e local (HALL, 2001). De acordo com Burns o processo de aculturação é definido como: “processo pelo qual o empréstimo de um ou de alguns elementos da cultura ocorre como resultado de um contato de qualquer duração entre duas sociedades diferentes” (BURNS, 2002, p. 128). Esta dinâmica cultural é amplamente evidenciada na atividade turística, onde turistas e residentes se chocam e interagem, influenciando-se mutuamente por uma série de fatores históricos, sociais, econômicos e por interesses distintos. Nesse contexto contemporâneo, as interações humanas seguem uma lógica mercantil, transformando-se em “*commodities*”, em um mundo cada vez mais globalizado e impregnado pelo fetichismo de mercadoria (DEBORD, 2003). A globalização, portanto, não apenas unifica o espaço, mas também resulta na banalização e homogeneização de culturas diversas. Com a exacerbação dessa realidade, nas últimas décadas houve busca de uma atividade turística de menor impacto para o território e as populações receptoras.

No cerne dessas transformações está a percepção em mudança das tradições e da cultura. Contrariando a noção de que a tradição é imutável, a realidade é que ela está constantemente em fluxo, sujeita à influência externa e à reinvenção interna (GIDDENS, 2000, p. 51). Esta dinâmica torna-se especialmente evidente quando uma comunidade tradicional é vinculada à atividade turística, provocando mudanças fundamentais em sua identidade cultural e modo de vida.

Com isso, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo a compressão das transformações na alimentação e nos modos produtivos alimentares das populações caiçaras sob a influência do turismo e das Unidades de Conservação. Utilizando como objeto de estudo as comunidades caiçaras do Vale do Ribeira especificamente as que integram o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Recorrendo deste recorte cultural e territorial, busca-se compreender a interação entre as comunidades locais e externas. Contudo é necessário evidenciar que o turismo se apresenta apenas como um dos fatores de pressão. Uma das finalidades do trabalho

é compreender as variáveis histórica, econômica-social, judicial-legal, cultural e ambiental, que afetam essas comunidades e seu território nas últimas décadas e como o turismo aí se insere, utilizando-se uma abordagem de pesquisa exploratória.

Entre os procedimentos metodológicos utilizados, num primeiro momento o trabalho propunha uma metodologia de observação participante (FOOTE WHYTE, 1985) e uma abordagem etnográfica, inviabilizada pela falta de aprovação prévia do projeto pela comissão de ética da Universidade<sup>1</sup>. Pela falta dessa formalidade, não foi possível um aprofundamento de campo. Essa questão alterou a metodologia, permitindo apenas conversas informais com a comunidade e a gestão do parque, com uma pequena inserção no território, com anotações em caderno de campo, em visita realizada em meados de outubro de 2023.

A abordagem é qualitativa com recorte de um estudo de caso, no caso das comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso, com pesquisas bibliográfica (KÖCHE, 2011, p. 122) e análise documental, baseada em textos e documentos legais relacionados com estudos das comunidades caiçaras do Vale do Ribeira, sobretudo inseridos na própria Ilha do Cardoso. Pela ausência de relatos e entrevistas de campo formais, o trabalho toma por referência entrevistas realizadas com a população local, por outros autores que, embora se enquadrem em diferentes áreas do conhecimento, incluem o turismo e a alimentação, como objeto de análise. Este modelo é determinado de meta-etnografia (NOBLIT, HARE, 1988), interpretando e analisando os relatos produzidos pela comunidade caiçara estudada. Essa abordagem multifacetada, permitiu compreensão holística dos fenômenos em análise. Destacando-se a pesquisa de Alvaides (2013), que faz um estudo psicossocial da memória da comunidade do Marujá<sup>2</sup> e pesquisa de Ferreira e Jankowsky (2009), que trata de técnicas e hábitos alimentares das comunidades caiçaras.

Esta monografia está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresentará um panorama histórico das transformações vivenciadas por essas comunidades desde os anos 1950, explorando as influências externas e as mudanças em seus modelos de subsistência. No segundo capítulo, serão discutidos os efeitos

---

<sup>1</sup> Procedimentos de pesquisa inviabilizados em função da necessidade de aprovação do projeto pela comissão de ética, cujo prazo para realização, tornou o procedimento inviável. É um requisito de qualquer projeto com entrevistas em UC's geridas pela Fundação Florestal, a aprovação da Comissão de Ética (CEP/CONEP.), e posteriormente aprovação pelo Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) do estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Que foca em relatos dos integrantes mais velhos da comunidade do Marujá.

das leis e políticas de conservação, incluindo a atuação das Unidades de Conservação e seu impacto nas atividades cotidianas dessas comunidades. O terceiro capítulo conceitualiza o turismo e trata das dinâmicas desta atividade no PEIC. Por fim, o quarto capítulo trata do patrimônio imaterial e analisa as perspectivas alimentares, culturais das comunidades caiçaras.

## 1. TERRITÓRIO E CONTEXTUALIZAÇÃO LOCAL

Este capítulo introduz questões ligadas ao território, com um breve contexto espacial e histórico, sendo assim foi dividido em duas partes: primeiramente será apresentada a localização do território e, na sequência, será apresentado o contexto histórico da população caiçara e da região costeira do Vale do Ribeira.

### 1.1 Localização

A Ilha do Cardoso está localizada no extremo sul costeiro do estado de São Paulo, estabelecendo fronteira direta com o Estado do Paraná. A Ilha é parte do município de Cananéia, pertencendo à região do Vale do Ribeira e está inserida no complexo Estuarino Lagunar Iguape - Cananéia - Paranaguá. É uma região marcada pelos diversos canais salubres<sup>3</sup> e seu alto grau de vegetação nativa, sobretudo mangue, restinga e Mata Atlântica.

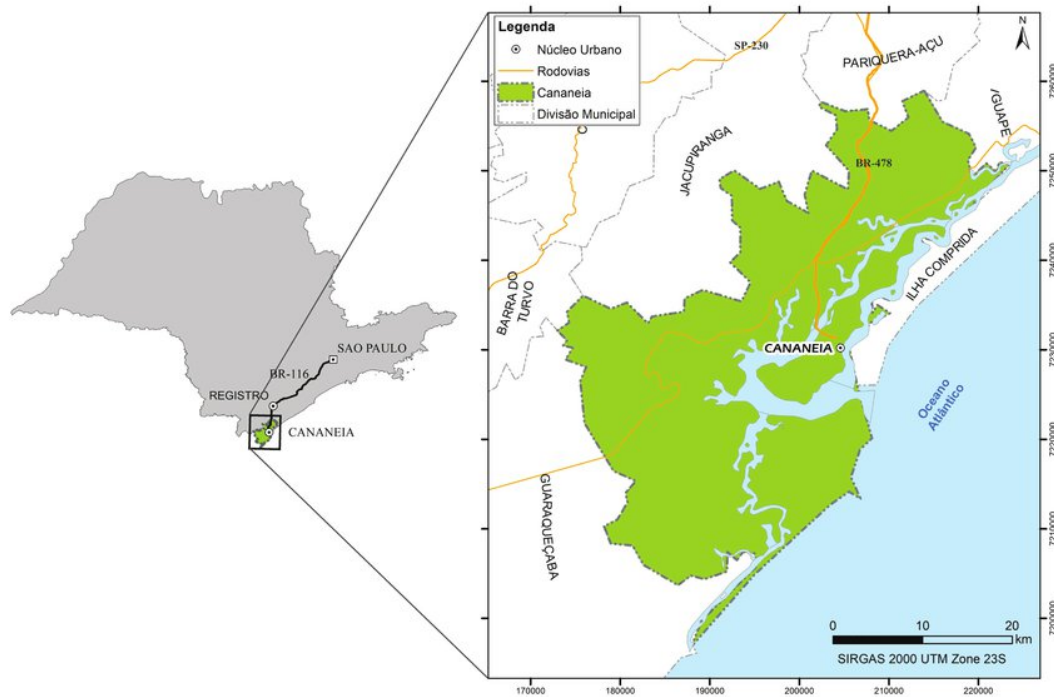
A Ilha é banhada a leste pelo oceano Atlântico<sup>4</sup>, oeste o Canal do Ararapira e ao norte pela Baía de Trapandé (no sentido da cidade de Cananéia), nesta baía se encontra a Barra de Cananéia, a qual divide a Ilha do Cardoso com a Ilha Comprida, com o acesso ao Oceano Atlântico (Figura 1 e a Figura 2). A Ilha recentemente foi dividida por ação da erosão no sul que será tratado mais a frente, consistindo, pela própria natureza, das forças da maré de uma região de forte transformação física.

---

<sup>3</sup> Chamado localmente de “mar de dentro” ou “mar pequeno”.

<sup>4</sup> Chamado localmente de “mar de fora”.

Figura 1 - Área e localização do Município de Cananéia-SP



Fonte: Scientific Figure on ResearchGate<sup>5</sup>.

Figura 2 - Imagem ilustrativa de contexto espacial do canal



Fonte: Elaborado pelo autor, com figura de satélite via INPE, 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-de-Cananea-e-vias-de-acesso-Figura-1-Location-map-of\\_fig1\\_350967270](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-de-Cananea-e-vias-de-acesso-Figura-1-Location-map-of_fig1_350967270) [acesso 11 de outubro, 2023].

A região possui uma considerável aproximação de núcleos emissores de turistas, localizados entre Curitiba-PR e São Paulo-SP pela BR-101 (Régis Bittencourt), as referências de distâncias entre esses núcleos urbanos e os municípios de Cananéia e Paranaguá, são apresentadas na Tabela 1:

Tabela 1: Distância dos grandes núcleos emissores

Núcleo emissor	Distância Cananéia-SP	Distância Paranaguá-PR
Sorocaba	220 Km	400 Km
Curitiba	230 Km	80 Km
São Paulo	240 Km	420 Km
Santos	250 Km	430 Km
Campinas	320 Km	500 Km
Joinville	360 Km	180 Km

Fonte: Elaborado pelo autor.

A BR-101 é a principal estrada de acesso para o município de Cananéia, sendo necessário adentrar a estrada estadual SP-226 (Rodovia Abílio Previdi) para acesso a cidade (principal ponto de embarque para a Ilha do Cardoso).

A cidade de Registro-SP, que é o principal núcleo urbano do Vale do Ribeira, também está localizado próximo (70 km via BR-101) a Cananéia. Não há cidades com mais de 100 mil habitantes no Vale do Ribeira, tratando-se da região com menor densidade populacional do estado de São Paulo, com a taxa de 20 hab/km<sup>2</sup> a média estadual é de 185 hab/km<sup>2</sup> (SEADE, 2021). No período de alta temporada, torna-se impactante o fluxo turístico nas cidades costeiras, em termos de densidade populacional e sobrecarga da estrutura local, como pode ser exposto no caso do município de Ilha Comprida-SP, que possui 13.419 habitantes (IBGE, 2022) e na alta temporada chega a ter uma população flutuante superior a 600.000 pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL de ILHA COMPRIDA, 2023<sup>6</sup>).

O acesso à Ilha do Cardoso é restrito a embarcações, com as principais localidades de acesso pertencendo aos municípios de Cananéia e Paranaguá. O trajeto é realizado principalmente por via de embarcações particulares, havendo vários

<sup>6</sup> Disponível em:  
<https://www.ilhacomprida.sp.gov.br/cidade/dadosgerais#:~:text=A%20população%20da%20Ilha%20está,chega%20a%20600%20mil%20pessoas.>

serviços de embarcação para a Ilha. Existe um serviço de locomoção do Estado<sup>7</sup>. A comunidade local é dependente de embarcações próprias.

A locomoção dentro da própria Ilha depende de embarcações, tendo vários pontos isolados de acesso no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), não havendo transportes terrestres motorizados na Ilha<sup>8</sup>. As distâncias entre as comunidades da Ilha e os núcleos locais têm grande relevância no cotidiano local, que possui um gasto de tempo de travessia relativo, com variação de maré e a potência da embarcação. Tabela a seguir evidencia as distâncias (Tabela 2):

Tabela 2 - Distância em km da comunidade do PEIC em relação aos centros locais

Comunidades do PEIC	Distância via Cananéia travessia de barco em Km	Distância via Paranaguá travessia de barco em Km
Pereirinha/Itacuruçá	6 Km	92 Km
Cambriú	18 Km	77 Km
Foles	20 Km	75 Km
Marujá	34 Km	68 Km
Enseada da Baleia <sup>9</sup>	38 Km	64 Km
Pontal do Leste	42 Km	60 Km

Fonte: Elaborado pelo autor, com recurso do Felt maps.

## 1.2 Sobre a população do Vale do Ribeira

A população caiçara é a mais populosa<sup>10</sup> da região costeira do Vale do Ribeira, podendo ser registrada a sua presença desde o final do séc XVI (DIEGUES,2006). Vincula-se às populações que ficavam perto das vilas coloniais litorâneas do Sudeste, havendo uma ligação direta entre os caiçaras e a história colonial do Brasil. A sua formação étnica é complexa, composta e moldada por esses fluxos coloniais e

<sup>7</sup> Existe o trajeto Cananéia-Marujá-Ariri, operado pelo Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo (DERSA). Com um trajeto de 37,6 Km. Ocorre pontualmente durante a semana (3 dias por semana).

<sup>8</sup> Existe um único terrestre motorizado no PEIC, que se trata de um trator, que se encontra no núcleo do Perequê, de propriedade da gestão.

<sup>9</sup> Esta tabela está considerando a antiga barra do Ararapira, a nova barra esta localizada na antiga Enseada da Baleia.

<sup>10</sup> A população quilombola também é expressiva no Vale do Ribeira. Estão localizados 88,9% dos quilombos reconhecidos oficialmente do estado de São Paulo nesta região (ITESP, 2019).

populações originárias da região, tendo influências da sua composição histórico-cultural.

Segundo Diegues, o povoamento dos caiçaras está atrelado ao fluxo e decadência dos ciclos econômicos na região, tanto num passado distante, quanto recente. Como pode ser visto no trecho:

Pode-se partir da hipótese que as povoações e os “sítios” caiçaras surgiram nos interstícios e no período pós-desorganização das monoculturas coloniais e pós-coloniais, como a da cana-de-açúcar no litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo e do arroz no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo. (DIEGUES, 2006, p. 7-8).

A região do território caiçara é extensa (Figura 3), tendo diversas divergências culturais locais distintas neste vasto território, o trabalho em questão leva em foco a região da Ilha do Cardoso, que esta inserida no Vale do Ribeira.

Figura 3 - Território da população caiçara (em vermelho a Ilha do Cardoso)



Fonte: Extraído de Diegues, 2005, p. 320.

A região do Vale do Ribeira possui questões históricas importantes para a formação dessa comunidade caiçara, com importância de citar: o ciclo do ouro do começo do séc XVI e a sua decadência no final do séc XVIII (DIEGUES, 2007) que impulsionou um fluxo de migração na região, principalmente de escravizados. O principal porto de descarregamento do ouro era em Iguape, porém Cananéia também era um porto utilizado. A partir do séc XVII a região especializou-se na produção e exportação agrícola, começando o ciclo do arroz na região. Em 1836, Cananéia e Iguape tinham domínio de 80% dos engenhos de arroz do estado de São Paulo, nesta época era o principal exportador do produto para o Rio de Janeiro e Santos (DIEGUES, 2007, p. 7). Com os portos de Cananéia e Iguape relevantes, inclusive

tendo uma economia de estaleiros e construção de navios. O fim do ciclo do arroz se dá no final do séc XIX e começo do século XX, levando estas cidades a um novo momento de decadência.

O êxodo caiçara esteve presente em vários desses momentos históricos específicos, porém podemos afirmar em termos gerais que a partir e ao decorrer de meados do século XX este processo apresenta uma grande intensificação (DIEGUES, 2006), vinculado pelas políticas do rodoviarismo com origem de implementação na década de 1950, que disponibilizou uma espetacularização do fluxo das grandes cidades (São Paulo, Curitiba) a costa, consolidada com a construção da Rodovia Régis Bittencourt 1961.

Se iniciou uma “corrida de títulos e de especulação das terras” no decorrer das décadas de 50, 60 e 70. Como os caiçaras não possuíam documentação, os atravessadores utilizavam técnicas de desapropriação, tanto “legais” no sentido do uso da ferramenta jurídica sob interesse dos atravessadores, como também o uso de práticas violentas e criminosas, por meio de ameaças e expulsões por pistoleiros e jagunços (DIEGUES, 2006, p. 27). Além disso, a própria especulação imobiliária, com a valorização de áreas costeiras e o impulso da lógica de mercado na região, contribuiu para este processo, com ofertas que eram inimagináveis no dia-a-dia e no ganho monetário da população caiçara. Esse processo está todo ligado a uma falta de controle do próprio Estado, tratando de áreas que eram em grande parte da própria União. Tendo até hoje áreas de loteamento criadas nas décadas de 1950 e 1960, sobre processo judicial de desapropriação, correspondendo a uma realidade marcante no município da Ilha Comprida, ou na própria comunidade do Marujá no PEIC. Este processo de expulsão e marginalização dos caiçaras também está ligada a criação de economias paralelas de extração predatória, como pode ser visto na citação:

(...)Tais fatores acentuaram a crise econômica e sociocultural dos bairros rurais do Vale do Ribeira. Houve aumento do êxodo rural, da urbanização e da pressão sobre áreas naturais. Neste contexto, formam-se as redes clandestinas de atividades predatórias, como é o caso da extração clandestina do palmito juçara(...).(MARINHO; ANGELO-FURLAN, 2007, p. 24).

A população caiçara no contexto urbano, foi vinculada a um processo de preconceitos, marginalidade e de periferização, atrelada ao êxodo rural em conjunto a baixos níveis de acumulação de capital. Se tornando nos grandes centros

trabalhadores desqualificados e mal remunerados (DIEGUES, 2006, p. 35). Além de uma forte desconexão da sua identidade e modo de vida, tanto pelo território quanto pelas suas práticas.

A expulsão e o fluxo de segunda residência geraram novos cenários nas cidades costeiras, como o caso da figura dos caseiros e da demanda da própria construção civil, fazendo que muitos caiçaras fossem expulsos do seu território e trabalhassem para o próprio sistema que o desapropriou. Neste contexto de marginalização e falta de oportunidades, reafirmou a perda da identidade.

Todo este novo cenário alterou a questão econômico-social das cidades costeiras do Vale do Ribeira, gerando diversos fluxos de migração entre os caiçaras tanto para outros núcleos costeiros, como para as cidades de Registro, Curitiba e São Paulo.

A partir dos anos 60 o Estado começa a aplicar uma política de criação de Unidade de Conservação (UC) na região, alterando completamente a dinâmica local, se tratando de áreas extensas que tratavam de grandes porcentagens da zona rural da região, como demonstra a tabela (Tabela 3):

Tabela 3 - Unidades de Conservação criadas entre 1960-1990 no Lagamar

Unidade de Conservação	Ato de criação	Área total
Parque Estadual da Ilha do Cardoso	07/07/1962	22.500 ha
Parque Estadual do Jacupiranga	08/08/1969	150.000 ha
APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE <sup>11</sup>	23/10/1984	202.832 ha
Parque Nacional do Superagui	25/04/1989	33.988 ha

Fonte: Tabela organizada a partir de dados do site do Instituto Socioambiental, acesso em 2023.

A proliferação de UC's nas zonas rurais, com uma política preservacionista que não permitia a presença de comunidades locais, cria um ambiente de expulsões e agressões ao modo de vida caiçara, como é descrito no trecho:

---

<sup>11</sup> Esta área de proteção ambiental, representa não apenas as áreas rurais destes municípios, tendo até urbanas na respectiva APA, inclusive o território do PEIC faz parte do território da APA. O gestor responsável é o ICMBIO, com uma grande complexidade operacional.

*No início, algumas dessas áreas conseguiram frear, até certo ponto, a especulação imobiliária, mas depois, com a proibição de fazer roça, tirar madeira para canoas, moradias, instrumentos de trabalho, reformar moradias e escolas, os caiçaras tiveram seus direitos civis seriamente ameaçados e em vários casos violados (DIEGUES, 2006, p. 10).*

A população rural caiçara foi amplamente afetada. Paralelamente no decorrer das décadas, a partir de 1950, vemos o ciclo da atividade pesqueira se fortalecendo até à atualidade, o que também acontece com a atividade turística, tendo um período semelhante, tornando-se mais relevante na região a partir dos anos 1980 em diante. Estes novos ciclos econômicos da região serão tratados no decorrer do trabalho, assim como a questão das UC's.

## 2. CONCEITOS AMBIENTAIS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo introduzir conceitos ambientais fundamentais referentes a populações tradicionais, tendo por referência a obra “O Mito da Natureza Intocada” (DIEGUES, 1996). Posteriormente serão discutidas as questões jurídicas ambientais que afetam diretamente as populações locais, contextualizando historicamente esses avanços, considerando as populações do PEIC e suas respectivas particularidades legais e históricas. O capítulo está dividido em cinco partes.

### 2.1 Correntes ambientalistas, o mito da natureza intocada

Na obra "O Mito da Natureza Intocada" (DIEGUES, 1996), o autor aborda as correntes de pensamento relacionadas à conservação ambiental, fazendo uma crítica e revisão a do conceito de "*wilderness*", assentando na ação dos chamados “preservacionistas puros”, influenciados pela religião cristã na concepção de “paraíso perdido” (DIEGUES, 1996, p. 55). Esse conceito serviu de base para a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos, na segunda metade do séc. XIX. Onde territórios considerados “*intocados pelo homem*” se tornaram parques, o que serviu de justificativa para a expropriação e expulsão de diversos povos nativos. Ainda hoje, essa lógica de pensamento está enraizada e presente na prática de muitos técnicos, gestores e ambientalistas, no sistema jurídico e na opinião pública. Sintetizado neste trecho:

Historicamente, essas populações (principalmente aquelas localizadas no interior das unidades) têm sido tratadas como “empecilhos” aos objetivos da conservação da natureza (2014 apud MARINHO; VIANNA; ADAMS, DIEGUES, 1994, p. 28).

O conceito de “*wilderness*”, vê a presença humana como um obstáculo à eficácia das áreas protegidas, ignorando o conhecimento tradicional valioso que as comunidades locais têm sobre seus ecossistemas. Além de ignorar a própria relação do modo de vida, cosmovisão e identidade que está intrinsecamente ligado ao seu território e a sua interação com este (LITTLE, 2001, p. 271). Diegues destaca que as comunidades tradicionais têm uma compreensão profunda e sustentável de seus ambientes. Argumentando em favor de uma abordagem mais inclusiva para a conservação, que não apenas proteja a biodiversidade, mas também respeite os direitos e os modos de vida das populações locais.

## 2.2 Marcos do debate ambiental

Em relação ao debate ambientalista entre UC e populações tradicionais, há marcos de âmbito internacional, promovidos pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), destacando-se:

- Primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais de Seattle (IUCN, 1962), onde se debateu oficialmente pela primeira vez a respeito da relação entre as populações tradicionais e a proteção ambiental;
- A Quarta Conferência Mundial de Parques Nacionais de Caracas (IUCN, 1992), a qual teve centralidade os temas ligados a populações tradicionais, incentivando estratégias para a permanência destas populações nas UC's. Além disso, a conferência foi responsável por discutir categorias de manejo, o que gerou as “Diretrizes para as Categorias de Manejo das Áreas Protegidas”, que será base, posteriormente, para as categorias de UC's do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>12</sup>.

A questão das populações tradicionais em UC é um debate ativo e recente no mundo. No Brasil este debate ganha notoriedade com o período da redemocratização no país, tendo o destaque da luta das populações extrativistas da Amazônia, com a figura do sindicalista seringueiro Chico Mendes, que coloca em pauta a questão das populações que vivem da extração de recursos florestais, levantando o debate a respeito das Reservas Extrativistas (RESEX).

Em 1988 Chico Mendes é assassinado, ocorrendo uma repercussão em escala internacional. Logo em sequência é criada a primeira RESEX<sup>13</sup> do Brasil, por meio do Decreto Nº 98.897 (BRASIL, 1990), sintetizada por este depoimento de uma liderança do Conselho Nacional dos Seringueiros:

A Reserva Extrativista aconteceu em 90 [...] porque eu acho que ia demorar muito ainda [...] em função da morte de Chico e de toda a pressão que aconteceu, senão ia demorar muito [...] Com a repercussão da morte dele todo mundo correu [...] e por isso que a Resex Chico Mendes saiu deste tamanho, pois a gente ia listando os seringais. (Liderança-CNS Acre, em entrevista concedida a CUNHA, 2010, p. 94).

É importante ressaltar o momento político e o protagonismo da discussão ambiental do Brasil com a realização do “ECO-92” no Rio de Janeiro, onde foi

---

<sup>12</sup> O SNUC será abordado no decorrer do trabalho.

<sup>13</sup> A Reserva Extrativista do Alto do Juruá, localizada no Município de Marechal Thaumaturgo no estado do Acre.

realizado um marco e fortalecimento do debate ambiental, com a assinatura do tratado internacional multilateral da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O qual estabelece estratégias para conservação da biodiversidade e promove conceitos da sustentabilidade, em relação às populações tradicionais, a CBD possui uma perspectiva de compressão da necessidade de uso destas populações com recursos naturais, além de valorizar a os saberes e tecnologia dessas populações, a respeito da sustentabilidade e conservação, podendo ser observada no trechos a seguir do Decreto Legislativo Nº 2, de 1994:

Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas como estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes(...). (BRASIL, 1994, preâmbulo).

(...) A cooperação técnico científica (...) elaborar e estimular modalidades de cooperação para o desenvolvimento e utilização de tecnologias, inclusive tecnologias indígenas e tradicionais. (BRASIL, 1994, art 18).

A realização do “ECO-92” com a Convenção Sobre Diversidade Biológica (CBD) foi fundamental para as políticas e leis consequentes e inclusive para o fortalecimento da conceituação do ecoturismo e do turismo sustentável.

Com isso, outro marco é a criação do SNUC com a Lei Nº9.985 (BRASIL, 2000), estabelecendo critérios e normas para a criação, implementação e gestão de uma UC. A criação do SNUC é considerada um grande avanço no gerenciamento das UC's, criando uma base jurídica e de diretrizes gerais para todas as UC's da federação.

Um dos pontos é a obrigatoriedade da existência de um plano de manejo para cada UC, sendo este plano responsável pelos objetivos e normas, evidenciando o seu zoneamento e as suas especificidades, como pode ser visto no trecho da lei:

XVII- plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000, art 2, inciso XVII).

Antes do SNUC já existiam UC's com plano de manejo no Brasil, porém foi o SNUC que a estabeleceu como regra geral.

Em 2007 é estabelecido o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), que tem como principais funções implementar e

regulamentar as UC's, tendo como norteador o próprio SNUC. O ICMbio também se tornou um órgão ativo de projetos ligado ao tema das populações residentes de UC's.

### 2.3 Contexto do Parque Estadual da Ilha do Cardoso

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) foi uma UC criada em 1962 com o decreto nº 40.319 (SÃO PAULO, 1962). A sua criação está vinculada com uma preocupação ambiental e sobretudo arqueológica com os sambaquis<sup>14</sup>. O decreto é um documento pequeno e genérico, sem especificidades de manejo, destacando um dos seus trechos:

Considerando que a Ilha do Cardoso apresenta condições insuperáveis para a criação de um Parque Estadual, por atender a finalidades culturais de preservação dos recursos nativos e exibir atributos favoráveis ao turismo, à recreação e à recuperação física(...) Considerando que a região foi ocupada pelo primitivo homem americano, possivelmente há dez ou quinze mil anos e remanescem dessa ocupação, jazidas pré históricas que precisam ser defendidas (SÃO PAULO, 1962).

Esta preocupação arqueológica e ambiental em salvaguardar a Ilha do Cardoso se dá por uma questão de vínculo e interesse da Universidade de São Paulo. Foi criado na região paralelamente no mesmo período de criação do PEIC, uma base de estudos<sup>15</sup>, a qual está ativa até os dias de hoje na Ilha de Cananéia, com o interesse de mediar fenômenos de diversas áreas, a qual faz parte da responsabilidade do curso de Oceanografia da USP (MENDONÇA, 2000).

A ilha possui ao todo 11 sambaquis, sendo o mais antigo com registro de pelo menos 6000 anos (SÃO PAULO 1995-2001, p. 12). Havia uma preocupação na manutenção destes sambaquis, pela pressão recente de valorização imobiliária na região costeira e por não haver mecanismos de fiscalização para este tipo de sítio.

Nas primeiras décadas do PEIC, pouca interação de fato foi realizada, nem se sabia por parte dos habitantes locais que a região havia se tornado um parque estadual, observando-se, inclusive, grande invasão de construção de casas de veranistas na Ilha.

---

<sup>14</sup> Sambaquis são depósitos orgânicos, realizados pelo consumo das populações litorâneas ancestrais, constituído principalmente por conchas, ligada ao consumo alimentar de moluscos destas populações. Possuindo grande valor na área da arqueologia.

<sup>15</sup> A base Dr. João de Paiva Carvalho.

Na década de 1970 o universo local se alterou, iniciando em 1972 um conjunto de intervenções contínuas do Estado, com o projeto CEPARNIC (Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso) vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, a obra foi e finalizada em 1978. A sua construção e operação gerou grande impacto nas comunidades caiçaras do norte da Ilha, ocorrendo desapropriações e destruição de roças (MARINHO, 2014, p. 72), esta será a atual base do núcleo do Perequê. É importante ressaltar que se encontrava no contexto histórico da ditadura militar, a qual aplicava uma política de maior presença do Estado em território nacional, tendo ainda em vista a preocupação com a formação de guerrilhas na região do Vale do Ribeira<sup>16</sup>.

Em 1974 há aplicação do primeiro plano de manejo do PEIC, que tinha um caráter “preservacionista puro”, permitindo apenas a atividade turística. O momento é recordado pela comunidade, por ser um período de conflito acentuado com a gestão do PEIC, sendo aplicadas diversas multas e impedimentos de produção rural e de extrativismo. Foi nesta época que aconteceu um grande êxodo da população local, reduzindo diversas comunidades existentes na Ilha (GADELHA, 2008, p. 56). Este plano de manejo foi utilizado por 24 anos, até o ano de 1995 no qual começa o novo plano que foi finalizado em 2001, que permanece até os dias atuais.

## 2.4 Questões jurídicas e as populações locais do PEIC

Este tópico trata das leis em vigor sobre o PEIC, tendo como foco sobretudo a forma como estas leis afetam as populações locais e residentes.

### 2.4.1 Regulamentação Federal

O SNUC é um sistema ativo e aplicado em todas as UC's do Brasil. Ele prevê 2 categorias básicas de UC: “Unidade de Proteção Integral” e “Unidade de Uso Sustentável”. As mesmas divididas em subcategorias, como pode ser visto na tabela (Tabela 4):

---

<sup>16</sup> Presença de movimentos no Vale do Ribeira da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), com a principal liderança do Carlos Lamarca, no começo da década de 1970.

TABELA 4: Categorias de UC e seu Objetivo Básico (SNUC)

1)Proteção Integral	2) Uso Sustentável
I-Estação Ecológica II-Reserva Biológica	I-Área de Proteção Ambiental (APA) II-Área de Relevante Interesse Ecológico
III-Parque Nacional	III-Floresta Nacional
IV-Refúgio de Vida Silvestre	IV-Reserva Extrativista (RESEX)
V-Monumento Natural	V-Reserva de Fauna
---	VI-Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
---	VII-Reserva Particular do Patrimônio Natural
§ 1o O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.	§ 2o O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Fonte: Adaptado da Lei N° 9.985, art 7 (BRASIL, 2000).

O PEIC está classificado pelo SNUC na categoria “proteção integral” com a classificação de “Parque Nacional”, por ser um Parque Estadual, ele adentra tanto na jurisdição do SNUC (que engloba todas as UC's da federação) como no “Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas” do “Decreto Estadual nº 25.341” (SÃO PAULO, 1986). O próprio decreto de criação do PEIC, o “Decreto Estadual nº 40.319” (SÃO PAULO, 1962) não faz qualquer menção à população local ou residente, igualmente com as leis estaduais ativas.

Os objetivos da categoria “proteção integral” do SNUC, remetem diretamente ao contexto do “mito da natureza intocável” (DIEGUES, 2008, p. 38) evidenciando que a visão ambientalista “*wilderness*” ainda está presente no campo técnico e jurídico, o que afeta diretamente as comunidades tradicionais em UC's.

Recordando que juridicamente os caiçaras, são considerados populações tradicionais pelo governo federal, com representação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais<sup>17</sup> (CNPCT).

Analisando a Lei N°9.985 (BRASIL, 2000), no caso da existência de populações locais em áreas de “proteção integral” (Tabela 4), é previsto no “Artigo 42” o qual informa a tabela (Tabela 5):

---

<sup>17</sup> Com o Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Tabela 5 - Exposição dos artigos da Lei N°9.985 e do Decreto Federal nº 4.340<sup>18</sup>

<b>Lei N° 9.985</b>	
<b>Art. 42</b>	<i>As <b>populações tradicionais</b> residentes em <b>unidades de conservação</b> nas quais sua <b>permanência não seja permitida</b> serão <b>indenizadas</b> ou <b>compensadas</b> pelas benfeitorias existentes e devidamente <b>realocadas</b> pelo <b>Poder Público</b>, em local e <b>condições acordadas entre as partes</b>.</i>
<b>Art. 42</b>	<i>§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o <b>reassentamento</b> das populações tradicionais a serem realocadas.</i>
<b>Art. 42</b>	<i>§ 2º Até que seja possível efetuar o <b>reassentamento</b> de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, <b>sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia</b> destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.</i>
<b>Art. 42</b>	<i>§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.</i>
<b>Decreto Federal N° 4.340</b>	
<b>Art. 35</b>	<i>O <b>processo indenizatório</b> de que trata o <b>art. 42 da Lei no 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida</b> e as fontes de <b>subsistência</b> das <b>populações tradicionais</b>.</i>
<b>Art. 36</b>	<i><b>Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento.</b></i>
<b>Art. 39</b>	<i><b>Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.</b></i>
<b>Art. 39</b>	<i>§ 4º - O <b>prazo</b> e as <b>condições</b> para o <b>reassentamento</b> das populações tradicionais estarão definidos no <b>termo de compromisso</b>.</i>

**Fonte:** Elaborado pelo autor, retirando trechos das leis: Lei N° 9.985 (BRASIL, 2000) e o Decreto Federal nº 4.340 (BRASIL, 2002).

<sup>18</sup> O Decreto Federal nº 4.340 trata da regulamentação de artigos da Lei N° 9.985, especificando condições entre o processo de realocação, com suas regras no “Capítulo IX DO REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS” (BRASIL, 2002).

Segundo Meda e Araújo, no cenário das leis demonstradas acima (Tabela 5), a população local com apenas posse atual da terra não possui garantia de permanência futura, colocando elas em uma situação delicada de possível processo realocação há qualquer momento (MEDA, ARAUJO, 2014, p. 22). Além da lei ignorar os processos históricos do território, excluindo o reassentamento e indenização das populações tradicionais que foram excluídas no período anterior ou no próprio decorrer. Como no caso do PEIC, com a proibição ou interferência nos meios de produção e subsistência, o que gerou a expulsão e inviabilização do modo de vida dos caiçaras da Ilha do Cardoso.

Portanto, em termos legais, todas as populações residentes do PEIC estão em um processo ativo de reassentamento (mesmo que seja num impasse operacional), pelo único fator do parque ser classificado de determinada forma pelo SNUC. Considerando ainda que a categoria Parque Nacional foi a primeira categoria usada no Brasil<sup>19</sup>, com várias unidades em todo o território nacional, a grande maioria delas criada antes da lei do SNUC e com várias populações residentes, como no caso do PEIC, sendo todas classificadas como “Unidade de Proteção Integral”.

Esse contexto reafirma questões presentes da ideologia tecnocrática apresentada por Habermas, onde o meio técnico torna-se o único espaço de validação da práxis, operacionalizado pela burocracia com as leis, que por sua vez tem controle e decisão apenas pelos próprios técnicos (no caso juristas e ambientalistas), ignorando a construção do debate com as populações diretamente afetadas, consequentemente gerando distanciamento de resolução e do controle de auto emancipação, que só pode ser realizado no distante campo técnico, considerado pelo autor como um modelo de dominação disfarçado e efetivo<sup>20</sup> (HABERMAS, 1987, p. 72-82).

#### 2.4.2 Regulamentação Estadual

Além das questões jurídicas em escala federal, o PEIC tem regulamentações de escala estadual. Com o ativo Regulamento dos Parques Estaduais (Decreto

---

<sup>19</sup> A primeira UC criada no Brasil foi o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 14 de junho de 1937.

<sup>20</sup> Trecho: “A eficácia peculiar desta ideologia reside em dissociar a autocompreensão da sociedade do sistema de referência da ação comunicativa e dos conceitos da interação simbolicamente mediada, e em substituí-lo por um modelo científico”. (HABERMAS, 1987, p. 74).

Estadual nº 25.341) e o próprio documento do plano de manejo sob controle da Fundação Florestal.

O Decreto Estadual Nº 25.341 (SÃO PAULO, 1986 - atualidade), prevê o uso de planos de manejo e classificações de zoneamento, aplicadas exclusivamente para Parque Estaduais como é a PEIC. O mesmo não possui nenhum regulamento específico a respeito de residentes e moradores locais, porém apresenta diversas regulamentações a respeito de visitação, pesquisa e conscientização ambiental. Para a época de criação, era uma lei pioneira em diversos pontos, inclusive na obrigatoriedade do uso de planos de manejo e de delimitações de zoneamento.

O zonamento aplicado pelo “Decreto Estadual nº 25.341” (SÃO PAULO, 1986), é evidenciado na tabela (Tabela 6):

TABELA 6 - Zoneamento segundo Decreto dos Parques Estaduais Paulistas

<p><b>I - Zona Intangível</b></p>	<p>É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo do manejo é a preservação garantindo a evolução natural;</p>
<p><b>II - Zona Primitiva</b></p>	<p>É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação;</p>
<p><b>III - Zona de Uso Extensivo</b></p>	<p>É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade pública para fins educativos e recreativos;</p>
<p><b>IV - Zona de Uso Intensivo</b></p>	<p>É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O Ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio;</p>
<p><b>V - Zona Histórico-Cultural</b></p>	<p>É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente;</p>
<p><b>VI - Zona de Recuperação</b></p>	<p>É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área;</p>
<p><b>VII - Zona de Uso Especial</b></p>	<p>É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Estadual, abrangendo habitações, oficinas e outros.</p>

Fonte: Extraído do Decreto Estadual nº 25.341 (SÃO PAULO, 1986).

As comunidades locais do PEIC estão na chamada “Zona de Uso Extensivo”, que representa uma área de 2,3% do PEIC (SÃO PAULO, 2001). Vale ressaltar que a “Zona de uso Especial”, é pensada na questão habitacional da própria gestão do parque e a “Zona de uso Histórico-Cultural” é pensada principalmente no ponto de vista arqueológico, sendo utilizada pelo parque nas regiões de presença dos sambaquis e outras estruturas arqueológicas.

Esta adaptação do plano de manejo com zoneamento permitiu que populações praticassem as suas atividades de forma legal em algumas determinadas áreas, porém estas ainda são extremamente limitadas. Além de possuírem um histórico de repressão anterior, foi a atividade turística que mais se beneficiou deste impasse legal das comunidades tradicionais, consistindo de forma legal na aplicação do PEIC. Há restrições apenas no enquadramento do zoneamento e questões associadas ao plano de manejo. O turismo no PEIC por lei acaba tendo mais legalidade do que comunidades que vivem ali há gerações.

A questão legal possui diversas complexidades, as leis vigentes permitem interpretações que podem prejudicar muito as comunidades locais do PEIC, no contexto atual (a partir do plano de manejo de 1995-2001), temos um plano de manejo que permite uma gestão mais horizontal com as comunidades locais, porém o plano de manejo pode ser alterado e ter uma gestão como já foi anteriormente, antagônica às comunidades residentes.

Em termos judiciais as populações locais estão suscetíveis a movimentos políticos internos de gestão da própria Fundação Florestal e de articulações jurídicas. A partir de meados da década de 2010 vemos um movimento de disputa deste espaço das UC's, com a criação da Lei de Concessões de UC's, a “Lei nº 16.260” (SÃO PAULO, 2016), a qual viabiliza a concessão de atores privados nas UC do estado de São Paulo<sup>21</sup>, disponibilizando a exploração extrativista e do ecoturismo, para estes terceiros<sup>22</sup> (ZMYŚŁOWSKI *et al*, 2021, p. 298-299).

Os movimentos jurídicos de permissão da iniciativa privada em UC's no estado de São Paulo, é uma realidade a partir da década de 2010. Havendo lei de parceria e concessão a partir de 2011 com o Decreto Nº 57.401 (SÃO PAULO, 2011) e

---

<sup>21</sup> No anexo da Lei nº 16.260, uma das 25 UC's citadas para disponibilização dessa concessão, é a própria PEIC (SÃO PAULO, 2016).

<sup>22</sup> A Lei nº 16.260, prevê concessões de prazo de até 30 anos (SÃO PAULO, 2016, art. 1).

posteriormente a própria Lei nº 16.260 (SÃO PAULO, 2016), demonstrado um cenário de ímpeto político do setor privado em UC's, com interesse principal na concessão do direito de exploração turística. A população local e a própria gestão da UC podem ser afetadas com este movimento recente. Neste período ainda foi recorrente relatos de precarização e sucateamento da Fundação Florestal (REIS; QUEIROZ, 2017, p. 380).

É importante salientar que estas questões dos marcos ambientais e dos movimentos políticos nas áreas de UC's e de populações tradicionais, não podem ser tratados de forma histórica positivista, com a cronologia do progresso de forma linear a ser analisada de forma crítica<sup>23</sup> (BENJAMIN, 2012, p.249). No caso do PEIC atualmente há um plano de manejo que faz adaptações considerando as comunidades locais parceiras. Porém, em bases legais esta parceria com a gestão pode ser destruída, suscetível a um processo de intervenção agressivo com a comunidade, inclusive com o possível reassentamento (Tabela 5, p. 29) destas populações.

## 2.5 Situação após plano de manejo de 1995-2001

Este tópico destaca acontecimentos após o plano de manejo atual que tiveram influência nas comunidades do PEIC.

### 2.5.1 Comitê de Apoio à Gestão

O Plano de Manejo atual do parque foi de extrema importância, por ter iniciado um processo de gestão participativa, um marco inexistente até então no PEIC, com uma participação entre atores locais, gestão e moradores residentes.

O “Comitê de Apoio à Gestão” foi estabelecido em março de 1998 (MARINHO, 2013, p. 114). O mesmo ainda está ativo e é parte crucial do plano de manejo de 1995-2001, conforme se lê:

*I-Comunidade local: com 7 representantes, sendo um para cada comunidade da Ilha(1 Marujá, 1 Enseada da Baleia, 1 Pontal do Leste, 1 Itacuruça, 1 Camboriú e 1 Foles);*

*II-Setor Governamental: Com 5 representantes (1 Prefeitura da Estância de Cananéia, 1 da Câmara de Vereadores de Cananéia, 1 do Instituto de Pesca, 1 do Ibama e 1 IF do PEIC);*

*III- Entidades não governamentais com presença regional: Com. 4 Representantes (1 Fundação SOS Mata Atlântica, 1 Centro de Estudos Gaia Ambiental, 1 Pastoral dos Pescadores de Cananéia e 1 Colônia de Pescadores Apolinario Araujo.) (ALVAIDES, 2013, p. 100).*

---

<sup>23</sup> Trecho: “A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de seu andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia desse andamento deve estar na base da crítica da ideia do progresso em geral” (BENJAMIN, 2012, p.249).

Foi decidido na formação do comitê, que os moradores não tradicionais/veranistas, não teriam representatividade de voto, porém possuem garantia de fala (MARINHO, 2013, p. 114).

O comitê do PEIC teve uma característica diferente das demais UC's, tendo uma vanguarda na aplicação destes comitês participativos em UC de "proteção integral", o qual só foi proposto como regra com a lei do SNUC em 2000 (o qual foi criado em 1998 no PEIC), levando em consideração a população local na participação de forma mais efetiva do que proposto no próprio SNUC. Mesmo assim ainda é importante salientar a dinâmica de gestão centralizada nas UC's, que ainda são via de regra como pode ser visto no trecho:

[...]ainda hoje, há o predomínio de uma política centralizadora por parte do Estado, o que inviabiliza, na prática, quaisquer tentativas de efetivação de sistemas de governança em áreas protegidas que possibilitem o compartilhamento das decisões (cogestão) ou a delegação de responsabilidades e acompanhamento por parte do Estado às comunidades locais (gestão comunitária). Esta tendência se orienta de forma antagônica quando comparada às políticas em áreas naturais da maioria dos países detentores de áreas naturais (MARINHO, 2013, p. 115).

O funcionamento do Comitê de Apoio à Gestão é dependente de um protagonismo comunitário e da construção de discussões sucessivas e com continuidade entre os diferentes atores. Neste sentido a Associação de Moradores do Marujá (AMOMAR), se destaca no PEIC, por ser da comunidade mais populosa e ter uma associação ativa e engajada. Nesta lógica, existe um ponto de dificuldade para as comunidades menores, em relação a disponibilidade e até em ter acesso às reuniões, por se tratar de um número reduzido de integrantes, a questão da dificuldade de locomoção e acesso é uma realidade, lembrando que as comunidades do PEIC possuem uma isolamento geográfica e meios de comunicação limitados.

### 2.5.2 População do parque

O PEIC possui atualmente 6 comunidades onde vivem populações tradicionais (caiçara) e não tradicionais (veranistas). Além destas, no PEIC há sítios localizados no canal do Ararapira, havendo sítios abandonados<sup>24</sup> (Gráfico 1, p. 38), e algumas

---

<sup>24</sup> No decorrer da década de 1970 e 1980, as comunidades caiçaras do PEIC abandonaram diversas regiões da Ilha.

famílias caiçaras e ribeirinhas residentes. O Sítio Santa Cruz (próximo da Ilha da Casca), possui uma comunidade indígena da etnia Guarani M'bya<sup>25</sup>.

Não foi encontrado censo atualizado da população do PEIC, porém se tratava de 455 ocupantes em 2001 (SÃO PAULO, 2001, p. 50). A questão entre população tradicional e não tradicional, é evidenciado pelo número de residências de cada uma, tendo os veranistas um percentual considerável de moradias no PEIC em detrimento aos moradores tradicionais, como pode ser visto na tabela (Tabela 7):

TABELA 7 - Edificações e populações não tradicionais na comunidades em 2001

Comunidade	Ocupantes tradicionais	Edificações de ocupantes tradicionais	Ocupantes não tradicionais	Edificações de ocupantes não tradicionais	% De Edificações de não tradicionais
Maruja	<b>144</b>	<b>49</b>	<b>15</b>	<b>28</b>	<b>36,36%</b>
Enseada da Baleia/Vila Rápida	<b>46</b>	<b>17</b>	<b>05</b>	<b>15</b>	<b>46,87%</b>
Pontal de Leste	<b>58</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>15%</b>
Foles	21	11	0	0	---
Cambriú	54	18	0	0	---
Itacuruçá	<b>07</b>	<b>07</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>12,50%</b>
Sítios	14	03	0	01	<b>25,00%</b>
Pereirinha	15	03	0	01	<b>25,00%</b>
<b>Total</b>	<b>359</b>	<b>139</b>	<b>20</b>	<b>49</b>	<b>26,06%</b>

Fonte: Adaptado do plano de manejo do PEIC, 2001 p. 50.

As casas de veranistas são provenientes dos ciclos de loteamento dos anos de 1950-1970, que atingiram principalmente a região sul da Ilha, com foco nas comunidades do Marujá e na Enseada da Baleia. Também houve invasões após a construção do parque. Um caso marcante é o de Vila Rápida na Enseada da Baleia, onde ocorreu que os veranistas construíram casas de forma rápida, tentando “driblar”

<sup>25</sup> Esta população se estabeleceu em 1992 no PEIC, sendo uma etnia proveniente das regiões do leste do sul do Brasil, com grande presença no Paraguai.

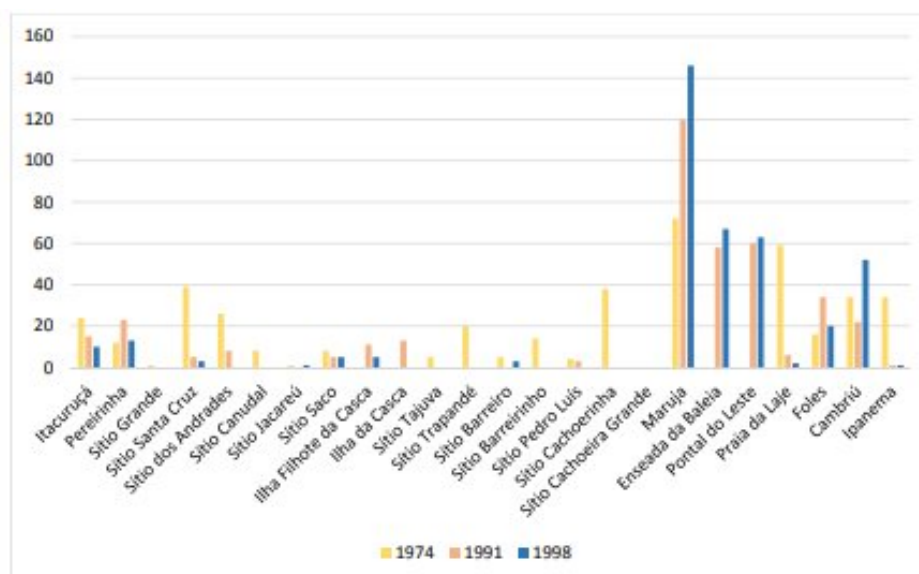
um possível embargo das autoridades do PEIC (CARVALHO; SCHMITT, 2012, p.100).

Desde da aplicação do plano de manejo de 2001, um dos principais objetivos, por aprovação e discussão do Comitê de Apoio a Gestão, foi de desapropriação e demolição das casas dos veranistas (ALVAIDES, 2013, p. 127). O que levou à diminuição das casas construídas após a criação do PEIC e as que estavam abandonadas. Ainda existindo hoje uma população de moradores não tradicionais, porém o cenário é de redução, podendo ser compreendido na frase do morador local da comunidade do Marujá: *“O caseiro já está com os dias contados porque as casas estão sendo demolidas.”* (morador local, em entrevista concedida a ALVAIDES, 2013, p. 139).

A partir da chegada das casas de veranistas no PEIC, muitos moradores locais se tornaram caseiros. Uma atividade econômica desconectada com o modo de vida caiçara, criando conflito entres próprios membros da população local, pela relação de interesses na existência ou não das casas dos veranistas. Este processo foi intensificado com a restrição da agricultura no PEIC.

A população da Ilha do Cardoso era maior antes da criação do PEIC (ALVAIDES, 2013, p. 56). Nas primeiras décadas do PEIC, muitas dessas comunidades caiçaras deixaram de existir, ocorrendo um fluxo tanto para fora do PEIC, como para outras comunidades, concentrando a população da Ilha na comunidade do Marujá (Gráfico 1).

Gráfico 1: População nas comunidades do PEIC 1974-1998



Fonte: Retirado de MARINHO, 2013 p. 76.

### 2.5.3 Impacto ambiental<sup>26</sup>

Os canais possuem fatores de maré e erosão, sempre havendo uma certa movimentação anual, mudando curvas, sedimentando áreas diferentes, consistindo de um processo geológico complexo.

No caso da erosão da área da Enseada da Baleia, a falha geológica ocorreu na região mais fina da ilha, no caso já havia estudos de erosão na região, prevendo o surgimento desta nova barra (ANGULO; SOUZA, MULLER, 2009, p. 73). Este evento foi consolidado em 2018, no qual já havia ocorrido em anos anteriores, um processo de realocação dos moradores para alguns quilômetros acima, criando a Nova Enseada da Baleia, com uma maior proximidade da comunidade do Marujá, abandonou-se a comunidade antiga.

Outra questão, além da divisão da Ilha, foi a sedimentação na antiga barra do Ararapira, fazendo com que a comunidade do Pontal do Leste esteja conectada à Ilha de Superagui.

<sup>26</sup> Acontecimentos laterais ao objeto de estudo do trabalho, que afetam as comunidades da Enseada da Baleia e Pontal do Leste em um novo paradigma territorial.

#### 2.5.4 O mosaico do Jacupiranga e as comunidades do PEIC<sup>27</sup>

Em 2008 as circunstâncias legais no Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ) se alteram, com o decreto da lei nº 12.810 (SÃO PAULO, 2008), fragmentando o parque em diversas outras UC's. Isso afetou diretamente as populações do PEIC com a criação da RDS Itapanhapima e a RESEX da Ilha da Tumba, estas que fazem fronteira direta com o PEIC no canal do Ararapira.

Estas novas UC's estão classificadas pelo SNUC na categoria “uso sustentável” (Tabela 4, p. 27) prevendo um uso das comunidades locais, ao contrário do PEIC e da PEJ (originalmente) que estão na categoria Parque Nacional.

É importante citar elas por causa dos seus objetivos, de atender a demanda de uso extrativista das comunidades caiçaras em seu entorno, inclusive do PEIC, considerando principalmente as comunidades ligadas ao canal: Marujá; Enseada da Baleia/Vila Rápida; Pontal do Leste. Como pode ser no trecho a seguir da lei 12.810 (SÃO PAULO, 2008, art. 7):

Artigo 7º - Fica instituída a Reserva Extrativista - RESEX da Ilha do Tumba, destinada às comunidades da Ilha do Cardoso e Região de Ariri, com área de 1.128,26 ha.

O plano de manejo da RESEX da Ilha da Tumba está em processo, no momento da realização do trabalho. A articulação mais recente se tratava de uma oficina de programa de gestão realizada em 04/10/2023 na comunidade do Marujá (SEMIL, 2023). Demonstrando a demora de finalização de mais de 15 anos desde a criação da lei estadual, porém está ativa e com processos participativos efetivos. Para este plano de manejo foram utilizados métodos de gestão participativos, com a presença de representantes das comunidades, dos órgãos governamentais e de organizações não governamentais atuantes na região.

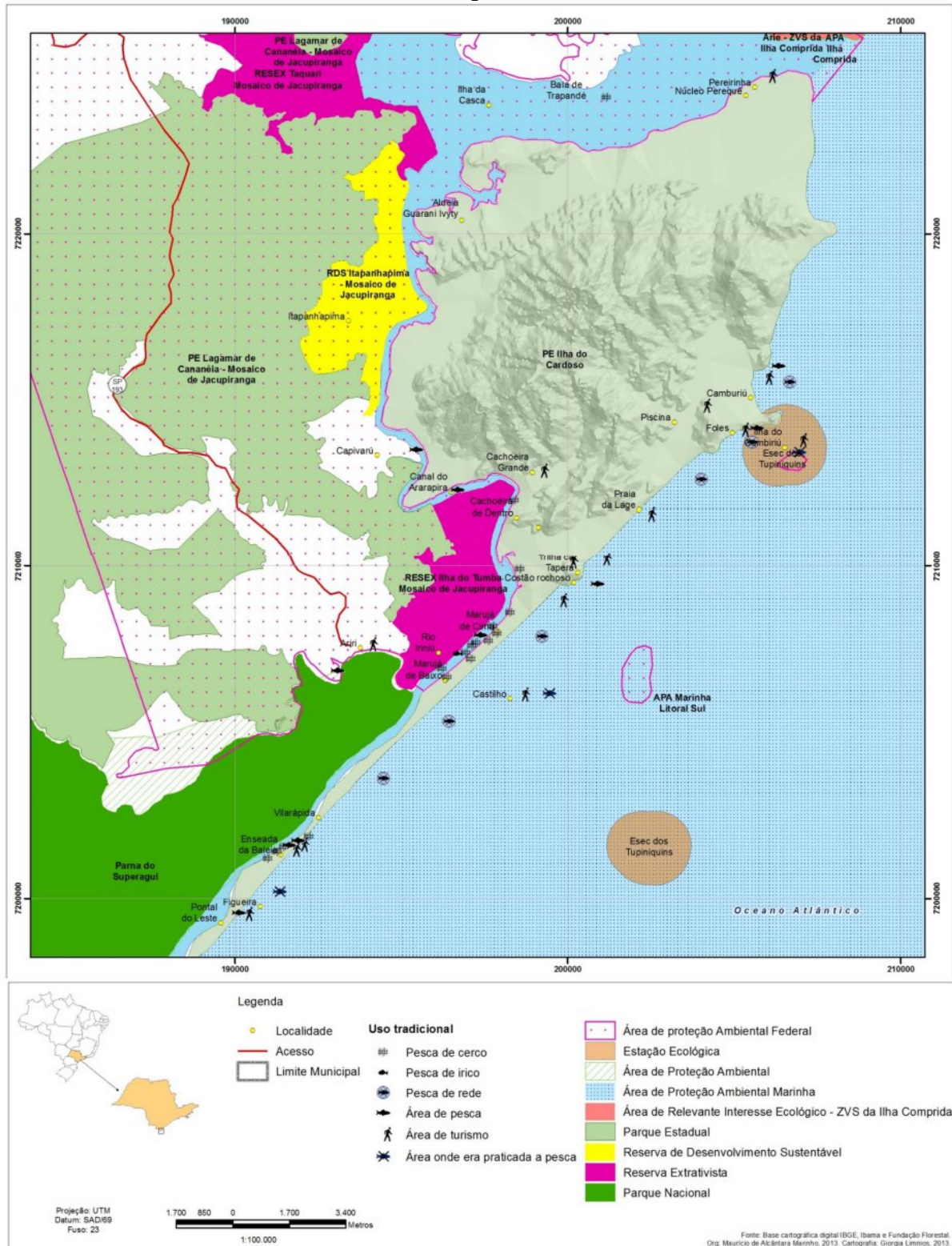
O PEJ é de responsabilidade da gestão da Fundação Florestal, que também é órgão responsável pela gestão de todas estas novas UC's do mosaico do PEJ, o que possui uma facilidade na questão de comunicação com o PEIC, por ser o mesmo órgão gestor.

---

<sup>27</sup> Evento paralelo ao foco deste estudo, afetando as comunidades locais devido a uma nova legislação em andamento na Fundação Florestal. Essa mudança pode influenciar questões extrativistas e produtivas, potencialmente afetando a alimentação da região.

O uso da Ilha da Tumba é uma reivindicação histórica das comunidades do Marujá e Ariri, sendo que a região era utilizada principalmente para agricultura e extração de madeira para a construção civil (no passado toda estrutura física das comunidades caiçaras era de madeira), barcos e para o material da pesca de cerco. Para maior compreensão espacial das UC's no mosaico, veja o mapa 2:

Mapa 2 - Contexto do Zoneamento do Mosaico do Jacupiranga com as Comunidades da região



Fonte: Mapa reproduzido da tese de mestrado de MARINHO, 2013, p. 93.

A questão da política de mosaico no PEIC e a possibilidade de recategorização da própria UC é um assunto debatido e de propriedade das comunidades locais.

Inclusive a comunidade do Marujá, representada pela sua associação de moradores (AMOMAR), reivindica a sua região para se tornar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (MARINHO, 2013, p. 6). Há essa compressão local que a própria jurisdição do PEIC é uma barreira para comunidade local, que inclusive limita a ação da própria gestão do PEIC, que mesmo num cenário positivo de cooperação com as comunidades, não possui jurisdição para atender demandas comunitárias, pela própria classificação da UC.

A Fundação Florestal é uma aplicadora dessa política de mosaicos, compreendendo a dificuldade jurídicas a respeito da populações que vivem em UC de proteção integral de questões ligadas à aplicação do SNUC em UC conservação, principalmente pela dificuldade de alteração de recategorização de UC's (GRABNER, 2014, p. 107), esta possibilidade mosaico está prevista no Decreto Federal nº 4.340 (BRASIL, 2002).

### 3. TURISMO

Este capítulo trata dos conceitos básicos de Ecoturismo e do Turismo de Base Comunitária, apresentando posteriormente características do turismo praticado no PEIC, elaborando especificidades locais.

#### 3.1 Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária (TBC) possui diversas definições. Segundo Mielke e Pegas (2013, p. 173) trata-se primeiramente de uma metodologia de gestão, onde as comunidades locais estão diretamente envolvidas e participam de todos os processos, sendo de suma importância o protagonismo comunitário. O TBC tem como base os princípios da economia solidária, associativismo e valorização da cultura local, gerando o objetivo da comunidade local ser detentora dos benefícios e do controle da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O TBC se preocupa em amenizar questões ligadas ao turismo tradicional e ao turismo de massa, referente a questões de marginalização e alienação da comunidade em relação à atividade turística, com importantes pontos negativos gerados por esta atividade, tais como: geração de trabalhos informais ou clandestinos; insegurança trabalhista; dependência de fluxos; trabalhos formais de baixa hierarquia; sequestro dos lucros gerados pelas empresas; desigualdade e fetichização.

O mesmo propõe dinâmicas que tentam contrapor e amenizar diversos destes pontos, normalmente se tratando de comunidades que já possuem um alto grau de periferização, tanto geográfico quanto econômico-social.

Com isso o TBC possui contradições que serão definidas em cada caso específico, influenciados por fatores diversos em relação social. Mesmo em um cenário positivo esta metodologia de gestão ainda altera a dinâmica local com o fluxo de uma população visitante e o poder econômico gerado por essa atividade, modificando a lógica e realidade local em um novo contexto. A mudança e o choque do cotidiano entre comunidade receptora e turistas, pode ser sintetizado com a frase do pesquisador sociólogo Krippendorf (2000, p. 84):

(...) liberdade e o prazer de um são o fardo e o trabalho do outro. O ambiente de férias choca com o ambiente de trabalho, e a necessidade de repouso com as necessidades da existência. O dinheiro de um é o pão do outro.

O TBC não pode ser aplicado numa lógica impositiva, tendo que haver uma discussão clara entre a comunidade, a respeito da clareza do processo de construção do turismo e a clareza de questões como dependência do fluxo turístico e sazonalidade, não podendo ser tratado apenas com a perspectiva de obtenção de benefícios econômicos. O TBC possui um potencial de empoderamento e emancipação comunitária, que na lógica da atividade turística é um modelo que necessita de construção coletiva contínua.

O TBC não é um segmento turístico, tornando-se aplicável em diferentes contextos e locais, onde se propõe a apropriação e controle das decisões e dos ganhos da atividade turística pela comunidade local. No Brasil se destaca a aplicação do TBC, principalmente em comunidades rurais, comunidades em UC's e algumas experiências em comunidades urbanas<sup>28</sup>. No caso de comunidades que estão no território de UC, o segmento do ecoturismo e a questão de interação e intervenção entre comunidades e o Estado representado pela gestão da UC é uma realidade.

Nesta ótica, focando no cenário das UC's, o ICMbio (2018, p. 10) define o TBC como:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação.

A implementação do TBC, além de precisar do engajamento da própria comunidade, necessita de articulação e parceria de diferentes atores. Primeiramente ligados a conhecimentos e experiências do próprio modelo de TBC, que servem para aconselhamento das comunidades, apresentando pontos e conceitos básicos para aplicação da atividade turística. A troca de experiências entre outras comunidades que aplicam TBC também é uma prática rica para os envolvidos. O mesmo pode ter parceria com ONG 's, órgãos governamentais ou mesmo empresas, dependendo das influências dos atores locais.

Também vale ressaltar que comunidades em estágios de implementação do turismo, frequentemente carecem de infraestrutura básica para viabilizar a atividade. A

---

<sup>28</sup> Um exemplo de TBC em contexto urbano são com as comunidades do Rio de Janeiro, com o caso da comunidade Santa Marta na região do bairro do Botafogo, que possui uma experiência de TBC, fazendo contraponto com experiências de turismo “safari em favela”, como foi realizado na comunidade da Rocinha.

implementação efetiva do Turismo de Base Comunitária (TBC) muitas vezes requer investimentos iniciais, não apenas financeiros, mas também em capacitação, envolvendo atores externos à comunidade. Destaca-se, assim, a importância da rede de parcerias, que podem ser essenciais para o sucesso do TBC, evidenciando a necessidade de programas de fomento e editais.

A compressão do tipo de turismo que será estabelecido pela comunidade receptora, tem impacto vital no processo positivo de afirmação cultural. Reafirmando os conceitos ligados à identidade no contexto da globalização (HALL, 1992), o TBC se apresenta de forma menos agressiva à cultura local, como descreve Irving (2009, p. 111):

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.

O TBC começou a ser implantado pioneiramente na América Latina a partir da década de 1980, no final da década de 1990 iniciou a implementação em comunidades no Brasil. Em 2001 ocorreu o marco de criação da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), que estabeleceu esta interação entre as diferentes experiências de TBC na América Latina, fomentando este modelo na região (MORAES *et al*, 2016, p. 615).

No Brasil, a partir do final do século XX e no decorrer do século XXI, o TBC torna-se um modelo visado por comunidades residentes de UC's. A partir de 2008, o MTUR reconhece o TBC e promove ações de fortalecimento como: editais promovendo recursos para TBC e a propagação de experiências de TBC em feiras e eventos relacionados a turismo (BURSZTYN, BARTHOLO, 2012, p. 102-103).

### 3.2 Ecoturismo

O ecoturismo é um segmento turístico ligado não apenas à visitação de áreas naturais, mas sim da realização de atividades envolvendo educação ambiental e sustentabilidade. Propõe um “turismo responsável” com preocupações não apenas

ambiental, mas sociais, com as comunidades locais, configurando um novo posicionamento ambiental (BEZERRA, 2009, p. 9).

Este segmento surge com o avanço do debate ambientalista na década de 1980, como reação aos impactos gerados pelo modelo do turismo tradicional.

No Brasil, o ecoturismo se evidencia sobretudo na década de 1990, com a valorização deste tema na ECO-92<sup>29</sup>. Em 1994 o Governo Federal criou o documento de Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, estabelecendo conceitos e uma propagação deste segmento de turismo em UC's. É importante ressaltar a importância de ONGs e movimentos da sociedade civil, para a propagação desse conceito. Organizações como a World Wide Fund for Nature (WWF), Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo (ABETA) e outras organizações tiveram protagonismo neste processo. Estas ações ligadas a movimentos ecológicos da década de 1990 vão afetar inclusive o próprio plano de manejo do PEIC.

O Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, realizado pela WWF-Brasil (SALVATI, 2003), demonstra uma base conceitual fundamental para aplicação deste segmento em UC no território nacional. Dividido em 13 etapas conforme a tabela 8:

---

<sup>29</sup> Evento descrito no capítulo 2 deste trabalho (p. 22).

Tabela 8 - Resumo do Manual de Ecoturismo de Base Comunitária da WWF

<b>1-Planejamento do Ecoturismo</b>	Introduz conceitos em planejamento do turismo e do ecoturismo e orienta na elaboração de planos em unidades de conservação
<b>2-Levantamento do Potencial</b>	Fornece uma metodologia participativa e adequada à realidade local para o levantamento de informações, propiciando a capacitação de moradores no planejamento, desenvolvimento e execução das atividades de inventário e pesquisa
<b>3-Elaboração do Produto</b>	Demonstra os passos básicos para a elaboração de produtos de ecoturismo aplicando conceitos universais de marketing.
<b>4- Viabilidade Econômica</b>	Discute os conceitos básicos para a avaliação de investimentos no desenvolvimento de programas de ecoturismo e aborda os aspectos empresariais da atividade afim de garantir seu sucesso econômico.
<b>5-Infraestrutura</b>	Reúne informações sobre o planejamento e implantação de infraestrutura para o ecoturismo, utilizando tecnologias alternativas
<b>6-Manejo de Trilhas</b>	Apoia a capacitação em técnicas de levantamento, mapeamento, implantação e manutenção de trilhas, observando-se as peculiaridades do ecossistema e da cultura local.
<b>7- Interpretação Ambiental</b>	Orienta o desenvolvimento de programas educativos baseados na interpretação ambiental, como forma de conciliar a satisfação do ecoturista e a conservação ambiental e cultural das áreas visitadas
<b>8- Programa de Capacitação</b>	Propicia metodologia e informações básicas tendo como base a participação comunitária para a identificação de cursos prioritários, adequação de cursos à realidade da comunidade, valorização e capacitação de instrutores e monitores locais e identificação de possíveis parceiros.
<b>9- Monitoramento e Controle</b>	Oferece aos gerentes de áreas protegidas, sítios e atrativos naturais um instrumento prático e viável que possibilita o monitoramento e controle dos impactos de visitação.
<b>10-Administração e Práticas Contábeis</b>	Apresenta mecanismos práticos para controles administrativo e contábil de um empreendimento de ecoturismo, com ênfase nos conceitos mais importantes e as práticas mais acessíveis para pequenas empresas.
<b>11-Participação Comunitária e Parcerias</b>	Detalha os elementos que compõem os conceitos de “participação comunitária” e “parcerias”, e apresenta um conjunto de métodos e estratégias para introduzir estes conceitos e processos dentro de um projeto do ecoturismo.
<b>12-A Contribuição de Voluntários</b>	Demonstra a importância do diagnóstico das necessidades e potencialidades na elaboração de um programa eficaz de voluntariado para o ecoturismo, e fornece orientações gerais para seu planejamento de forma a ampliar o impacto social das ações institucionais.
<b>13-Pesquisa na Atividade de Ecoturismo</b>	Descreve a importância da pesquisa científica no contexto do ecoturismo e mostra como seus resultados podem aperfeiçoar essa atividade. Pretende também fornecer subsídios para o desenvolvimento da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SALVATI, 2003, p. 15.

Vale a pena ressaltar a interação com a comunidade local deste documento, propondo metodologias participativas e considerando a necessidade e o

reconhecimento dos interesses comuns e divergentes. A importância de estabelecer compromissos e responsabilidades entre os atores para o ecoturismo requer, acima de tudo, respeito à autonomia da comunidade local e suas escolhas, além do direito à comunicação entre os envolvidos. Sintetizado com trecho:

Para o ecoturismo de base comunitária, a participação dos moradores locais é premissa para assegurar a legitimidade, a representatividade e o sucesso nas ações do projeto. Por sua vez, o estabelecimento de parcerias é um instrumento capaz de viabilizar ações. (SALVATI, 2003, p. 382).

O termo “sustentabilidade” nas últimas décadas se tornou um jargão comum, sofrendo banalização, mercantilização e fetiche (DEBORD, 2003, p. 102). Experiências são denominadas de ecoturismo apenas como forma de marketing e o termo sustentabilidade por si só apresenta um valor econômico (HINTZE, 2008, p. 98). Conceitos aplicados de fato para a redução de impactos da atividade turística e da educação ambiental são ignorados, tratando-se muitas vezes, apenas de uma estratégia de publicidade. Essa banalização ainda inserida num contexto de comunidades tradicionais, pode atrelar a impactos sociais agravados e complexos.

Sob iniciativa e pressão de ONGs ambientalistas, no final da década de 1990, com apoio da Embratur e do IBAMA, foram criados diversos projetos pilotos ligados ao ecoturismo no Brasil, correspondendo às regiões de parques nacionais. Em 1994 a Embratur formalizou as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, consistindo em 9 pontos chaves:

- 1) Regulamentação do ecoturismo, através de parâmetros adequados e estrutura legal própria, articulando as esferas federal, estadual e municipal;
- 2) Fortalecimento e interação interinstitucional; com intercâmbio de informações e experiências entre órgãos governamentais e privados;
- 3) Formação e capacitação de recursos humanos;
- 4) Controle de qualidade do produto ecoturístico; criação de uma metodologia para acompanhamento e aperfeiçoamento da atividade ecoturística pública e privada;
- 5) Gerenciamento de informações através da formação de um banco de dados nacionais e internacionais que permita a obtenção de indicadores para o desenvolvimento do ecoturismo;

- 6) Incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo, com o aprimoramento de tecnologias, serviços e infraestrutura, tanto a existente quanto aquela a ser utilizada nos novos empreendimentos;
- 7) Implantação e adequação de infraestrutura e desenvolvimento de tecnologia orientadas especificamente para destinos ecoturísticos prioritários;
- 8) Informação ao turista a respeito de serviços e produtos e orientação sobre conduta adequada;
- 9) Incentivo à participação comunitária, para que as populações envolvidas percebam no ecoturismo uma alternativa econômica viável.

Neste cenário, a ONG SOS Mata Atlântica, em 1995 implementou o projeto “Pólo Ecoturístico Lagamar”, com apoio e recursos da Embratur (ALMEIDA, BAVA, 1997). O objetivo era a implantação e viabilização do ecoturismo na região. O projeto foi constituído de 4 fases:

1ª Fase (06/1995 - 06/1996): Ocorreu consultoria e inventário dos recursos turísticos e de infraestrutura da região e do perfil dos turistas. Com reuniões e análise entre consultores e setor ecoturístico de São Paulo.

2ª Fase (07/1996 - 12/1996): Já contando com financiamento do Embratur, houve a definição do produto turístico, com a formação de parcerias entre os agentes emissores e receptivos, criação de instrumentos jurídicos e realização de seminários e workshops.

3ª Fase (01/1997 - 07/1997): Foi realizada a capacitação de recursos humanos, divulgação e educação ambiental. Com parceria do Sebrae e do Instituto de Ecoturismo do Brasil, foram realizadas palestras e seminários nos 4 municípios pertencentes ao projeto.

4ª Fase (11/1997 - 05/1998): É criado o centro de interpretação ambiental e informações turísticas em Iguape, que se torna a base operacional do projeto e sede da própria SOS Mata Atlântica.

O Pólo Ecoturístico Lagamar teve influência direta na capacitação e introdução dos fundamentos do ecoturismo no “trade” receptivo, além de conectar com o “trade” emissor, tornando a localidade da própria Ilha do Cardoso em um produto turístico. Influenciando o PEIC e o seu plano de manejo atual (a SOS Mata Atlântica faz parte

dos atores do Comitê de Apoio a Gestão do PEIC), na própria capacitação e consultoria em relação ao ecoturismo das comunidades, como a interação dos atores ligados às atividades turísticas. Inclusive foi este projeto que articulou esses diferentes atores. Segundo Ykemoto, o projeto estabeleceu uma rede de 27 agentes emissores que estavam ligados a roteiros de ecoturismo (YKEMOTO, 2007, p. 31), o projeto possuía uma preocupação de integração do conjunto do Lagunar, criando produtos que incentivavam a visita do turista aos diversos municípios da região com produtos integrados.

### 3.3 Breve histórico do turismo no PEIC

O turismo na Ilha do Cardoso está profundamente ligado com a criação do próprio PEIC, no qual cita o turismo em todos os documentos oficiais a partir do decreto de criação (SÃO PAULO, 1962), porém políticas e ações de fato foram pouco efetivas até o plano de manejo de 1995-2001.

Antes dos movimentos de ecoturismo ganharem força no país, o turismo no PEIC estava relacionado sobretudo com o fluxo ligado à pesca amadora e com o próprio turismo de residência dos veranistas. Esses 2 tipos de turismo já apresentavam caráter ilegal com o plano de manejo 1974 (SÃO PAULO, 1974). O controle do Estado em relação a invasão do turismo de segunda residência foi muito fraco ou mesmo nulo no decorrer das primeiras décadas do PEIC, como pode ser visto no relato a seguir:

*O Estado sempre foi muito frágil, muito inoperante. Todas essas casas de veranistas que estão aqui foi puro relaxo do Estado. De [19]54 a 62, estavam loteando, venderam milhares de lotes aí; depois com a decretação do Parque isso estancou. Mas depois da decretação do Parque que entrou a maioria de casas de veranistas. Entraram tudo depois por pura inoperância da fiscalização do Parque (...). (Morador do Marujá, em entrevista concedida a ALVAIDES, 2013, p. 123).*

Esta realidade de população veranista também ocasionou uma grande porcentagem de serviços de turismo prestados por essas populações. Durante a realização do plano de manejo ¼ das pousadas do Marujá eram de propriedade de membros não tradicionais (SÃO PAULO, 2001 p. 59). Porém com a aplicação do novo plano de manejo, esta realidade se alterou, com o ecoturismo e processo de desapropriação e demolição (processo que ocorre desde 2001 até atualidade) desses moradores não tradicionais.

O plano de manejo de 1974 estabelece no seu decorrer o fluxo de turismo escolar, com foco sobretudo na localidade do núcleo do Perequê, já existindo pontualmente este tipo de turismo antes do plano de manejo atual. Recordando que a visitação educacional foi incentivada com o Decreto de regulamentação do Parque Estaduais Paulistas (SÃO PAULO 1986).

### 3.4 O ecoturismo de base comunitária no PEIC

No PEIC, o turismo de base comunitária está fortemente conectado e viabilizado a partir da criação do Comitê de Apoio à Gestão, que se iniciou no decorrer do plano de manejo de 1995-2001, o qual foi responsável por incentivar a criação de entidades representativas oficiais das comunidades locais do PEIC e de gerar assembleias entre a gestão, as comunidades e os diferentes autores da região. O turismo era um dos temas frequentemente abordados.

O plano de manejo (SÃO PAULO, 2001) não utiliza o termo “turismo de base comunitária”, o qual oficialmente descreve em relação ao turismo apenas como norteador o ecoturismo, porém fundamentos do TBC foram apropriado pela aplicação de gestão participativa do plano de manejo, no decorrer do avanço das discussões do Comitê de Apoio à Gestão (CAG), que se tornou tema de interesse e engajamento da comunidade local. Inclusive, ocorrendo reuniões de troca de experiências da atividade turística com outras comunidades de UC (ALVAIDES, 2013, p. 108).

Não há regras específicas para o TBC nas comunidades do PEIC, havendo diferenças de aplicação do TBC entre as próprias comunidades, se adequando às suas realidades e interações distintas, o que reafirma a questão única de cada caso.

O PEIC aplica o ecoturismo possuindo a preocupação na minimização do impacto da atividade turística na área ambiental, com fator determinante para o planejamento da gestão a utilização de zoneamentos (Tabela 6, p. 32) do parque, contendo 2 núcleos centrais de visitação, o núcleo do Perequê, o qual apresenta estrutura de museu, laboratórios de pesquisa e auditório e o núcleo do Marujá com centro de visitantes e áreas de apoio para pesquisa. Estas estruturas da gestão do PEIC, estão relacionadas com o fluxo de visitação (em especial o público de excursão ligado à educação ambiental).

O número de visitantes por ano no PEIC tem aumentado nas últimas décadas (Gráfico 2), a questão do controle de números de visitação é uma preocupação da

gestão do parque, principalmente por ser um fluxo concentrado na alta temporada. Segundo trabalho de Campolide *et al* (2022, p. 131), foi registrado em apenas um único dia (em 2014) na praia do Perequê<sup>30</sup> um número superior a 4000 visitantes, a gestão considera o limite diário na localidade em 1000 visitantes. A seguir gráfico com número de visitação (Gráfico 2):

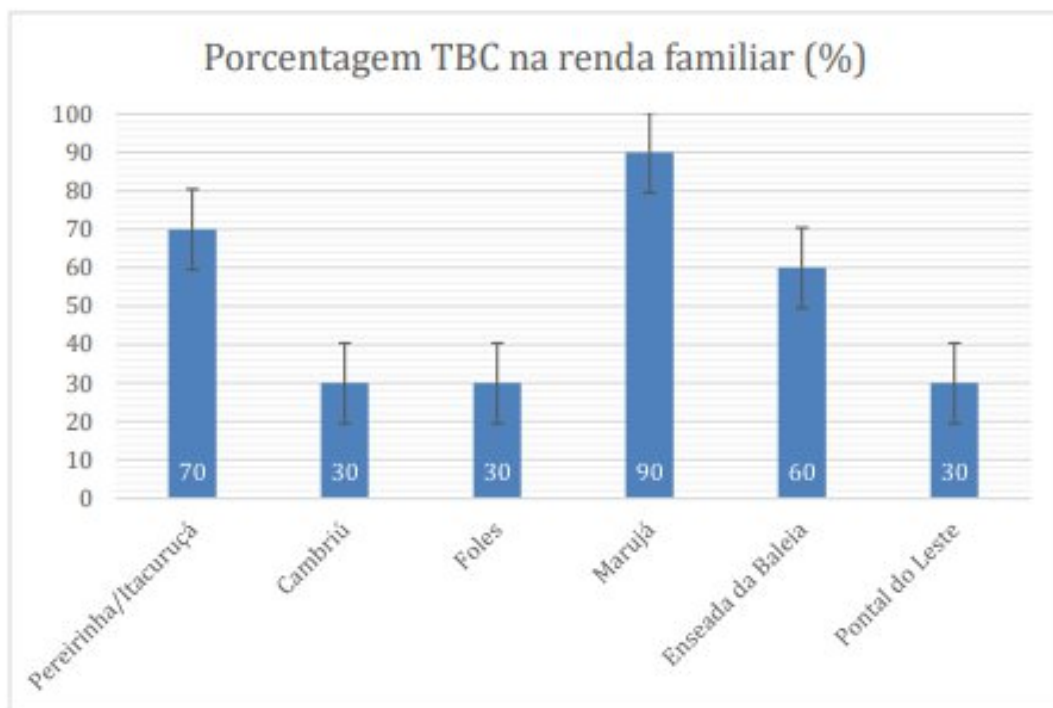


Fonte: Extraído de Campolide *et al*, 2023, p. 131.

Os grupos de excursão escolar, são fundamentais na visitação do PEIC, tendo grande impacto para comunidades, principalmente pelo fator de amenizarem o efeito da sazonalidade, ocorrendo visitas principalmente na baixa temporada (MORAES; LIGNON, 2012, p. 659). Oriundo sobretudo de escolas particulares dos grandes núcleos emissores (São Paulo, Curitiba, Sorocaba). Segundo o trabalho de Zmyslowski *et al* (2021, p. 309), as comunidades do PEIC relataram que não conseguem sobreviver no decorrer do ano apenas com o recurso proveniente do turismo da alta temporada, efetuando que essas visitas de excursão sejam determinantes para complemento de renda no decorrer do ano. Importante ressaltar que as visitas de excursão ocorrem com um foco de estrutura e dos núcleos de visitação, estando principalmente relacionados a visitas de conscientização e educação ambiental, este fator gera grande diferença entre as próprias comunidades do PEIC por estarem concentradas na Ilha (Gráfico 3).

<sup>30</sup> A praia do Perequê é um dos únicos lugares do PEIC que possui um turismo de “bate volta” pela proximidade com Cananeia e travessia de curta duração.

Gráfico 3 - Influência do turismo na renda familiar por comunidade do PEIC



Fonte: Retirado de ZMYSLOWSKI *et al.* 2021, p. 309.

Como observado no Gráfico 3, as comunidades apresentam realidades distintas. Demonstrando em cada comunidade a seguir (Tabela 9):

Tabela 9: Características das comunidades

<p><b>Pereirinha/ Itacuruçá</b></p>	<p>A comunidade do Pereirinha, apresenta o fator específico de ser a comunidade com maior proximidade da ilha Cananéia, além da adjacência com o núcleo do Perequê. Isso faz com que a comunidade tenha um grande fluxo de turistas, tanto ligados à excursão (relacionado às visitas do núcleo Perequê), quanto a um fluxo distinto das demais comunidades. Se destacando um turismo de “bate volta” de sol e praia, realizado pela facilidade de tempo de travessia entre o centro de Cananéia e a praia do Pereirinha. A comunidade oferece diversos serviços de alimentos e bebidas na praia, com uma gama de restaurantes, lanchonetes e bares, com uma grande variedade de produtos. A comunidade não é o foco de visita, apenas a praia e o núcleo do Perequê, não oferecendo grandes opções de hospedagem. O turismo é a principal atividade referente a renda desta comunidade (Gráfico 3, p. 53);</p>
<p><b>Cambriú/ Foles</b></p>	<p>As comunidades de Cambriú e Foles, apresentam a característica em comum de serem as únicas que estão localizadas no lado oceânico. As duas apresentam a mesma particularidade da pesca ter mais impacto que a atividade turística referente à renda. O turismo relativo a grupos de excursão é quase nulo nestas comunidades, se tratando de visitação de grupos pequenos. São organizações menores que possuem poucas opções de leito e de serviços de alimentos e bebidas;</p>
<p><b>Marujá</b></p>	<p>O Marujá, como a Enseada da Baleia, apresenta uma questão forte de ter um fluxo de casas de veranistas e processos de loteamento, que posteriormente foram desapropriados e demolidos. Especificamente o Marujá se altera das demais comunidades do PEIC, por ser a mais populosa. No caso do turismo é a que concentra a maior quantidade de leitos, campings e de opções de alimentos e bebidas. A comunidade tem grande parcela da visitação do PEIC. Em relação ao TBC, se destacam as práticas de divisão do fluxo de excursão entre as pousadas, fazendo que todos membros sejam beneficiados. É a comunidade do PEIC com maior geração de renda e a qual possui associação de moradores com maior representatividade;</p>
<p><b>Enseada da Baleia</b></p>	<p>A comunidade de Enseada da Baleia se alterou nos últimos anos, pela questão de realocação da mesma. Apresenta a maior interação de TBC no PEIC, com o protagonismo do grupo de mulheres da Enseada da Baleia, a qual retrata a divisão e transparência entre os membros de forma igualitária, com divisões de funções e dos benefícios. Todas comunidades apresentam um certo grau de divisão de benefícios e recursos comuns, porém a Enseada da Baleia tem um grau de vínculo maior;</p>
<p><b>Pontal do Leste</b></p>	<p>A comunidade do Pontal do Leste, como a de Cambriú e Foles, tem atividade turística de forma secundária em relação à atividade da pesca. Tendo uma relação de fato na alta temporada, dificilmente apresenta visitas de excursão. A comunidade tem um grau de dificuldade de acesso maior. A partir de 2018 a localidade foi dividida da Ilha do Cardoso e agora está ligada diretamente ao Parque Nacional do Superagui, porém com jurisdição do PEIC.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Alguns setores e associações intrinsecamente ligados ao turismo atual do PEIC são (Tabela 10):

Tabela 10: Atores ligados ao turismo no PEIC

<p><b>Monitores</b></p>	<p>O plano de manejo atual do PEIC possui uma política de visitação com a necessidade de monitores ambientais, havendo áreas zoneadas do PEIC que só é permitido o acesso do visitante com a presença de um monitor (SÃO PAULO, 2001), além disso existe um número máximo de membros de grupo por monitor.</p> <p>Estes profissionais necessitam ter uma capacitação e credenciais específicas, o próprio PEIC oferece essa habilitação anualmente. Neste sentido, vale ressaltar que há uma porcentagem dos monitores das próprias comunidades, existindo uma proposta de gerar capacitação principalmente com os membros da comunidade do PEIC e da população da região de Cananéia.</p> <p>Neste contexto vale citar a Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOAMCA), que é parceira das diversas UC's da região, a parceria formalizada com a Fundação Florestal (SEMIL, 2019). Esta associação tem como objetivo principal, o fortalecimento dos monitores, sendo responsável pela condução de visitantes. A AMOAMCA participa de algumas reuniões com o Comitê de Apoio à Gestão, sendo relevante a integração entre os serviços de monitores e a comunidade local, tendo os mesmos responsabilidade educacional, não apenas na área ambiental, mas de dúvidas referentes à cultura e às comunidades caiçaras, com responsabilidade de intermédio dos visitantes na áreas do PEIC. Com isso há importância durante a capacitação promovida, considerando pontos estabelecidos pelas próprias comunidades;</p>
<p><b>Barqueiros</b></p>	<p>O serviço dos barqueiros tem caráter fundamental para a existência do turismo no PEIC, tanto no sentido de permitir o fluxo turístico, como também na logística de mantimentos da atividade turística. Como no caso dos monitores há os barqueiros credenciados<sup>31</sup> e associados com o PEIC, tendo também participação nas reuniões ligadas ao CAG, possuindo uma entidade de representação.</p> <p>Alguns dos barqueiros são moradores do PEIC, porém a maioria são de outras regiões, contudo o serviço de barqueiro é afetado pela sazonalidade, tendo estes profissionais outras atividades no decorrer da baixa temporada, tornando-se comum atores ligados à pesca artesanal prestarem esse serviço em alta temporada.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

O PEIC possui projetos de interação com a comunidade da região, para fins de promover a presença do parque na vida dos moradores do entorno, além de fornecer projetos de capacitação. Uma dessas iniciativas é o projeto “Cananéia tem Parque”, o qual consiste na visitação escolar dos alunos do ensino público do município de

<sup>31</sup> Site oficial com os atores credenciados do PEIC:  
<https://ilhacardoso.ingressosparquespaulistas.com.br/credenciados>

Cananéia ao parque, ocorrendo anualmente desde o ano de 1997 (SÃO PAULO, 2001, p. 57). Este projeto tem vínculo com a Prefeitura Municipal, polícia florestal, monitores, barqueiros e professores.

Segundo o plano de manejo atual (SÃO PAULO, 2001, p. 58), o PEIC possui dentro do segmento de ecoturismo sub-produtos potenciais, entre os quais:

- Turismo de interesse especial (observação de fauna e flora, científico, educacional “estudo do meio”);
- Turismo desportivo (surf, pesca e vela {entorno do PEIC});
- Turismo aventura (trekking);
- Turismo cultural (costumes e hábitos das comunidades caiçaras, sítios históricos e arqueológicos);
- Turismo de lazer (praias, cachoeiras).

Vale ressaltar que além destes produtos, o turismo ligado à pesca esportiva e turismo náutico apresenta grande influência na região, porém no caso da pesca há questões de dificuldade legal, por não ser autorizada a pesca esportiva por turistas no PEIC. Todavia é permitido pela comunidade local, o que gera alguns conflitos com turistas, moradores e a gestão do parque.

O turismo náutico, por outro lado, é de difícil coordenação no PEIC, havendo grande reclamação deste turismo por parte dos moradores locais, pela natureza deste fluxo não envolver serviços de moradia das comunidades e pela perturbação causada pelas suas embarcações no entorno do PEIC.

Por parte da gestão, o turismo náutico apresenta problemas ligados ao controle, tanto do tamanho das embarcações, quanto da potência, podendo afetar a fauna. O plano de manejo propõe um controle com cobrança destas embarcações (SÃO PAULO, 2001, p. 98).

A hospedagem no PEIC é realizada por meio de serviços de “*camping*”, pequenas pousadas e locação de casa ou parte da casa, todas estas operadas apenas por moradores locais.

No caso do “*camping*”, só é permitido barracas em áreas específicas, que estão associadas às comunidades, no caso em quintais de moradores, um serviço pago. Foi estabelecido estas regras com o decorrer do plano de manejo de 1995-2001, pois

era um problema comum no PEIC a proliferação de barracas em alta temporada, como pode ser observado:

*Do turismo foi legal! Depois que foi feito reuniões, que foi colocado regras, pelas quais cada morador que quisesse poderia ter o seu camping, por que antes as pessoas que vinham e acampavam em qualquer lugar. Não tinha limites, então era ruim! O pessoal não tinha noção, apesar que [atualmente] muitos não tem: jogam a latinha que bebem no chão. Mas na época, ninguém estava preocupado com isso. Eles vinham sujavam, depois iam embora. Os moradores catavam o que estava no seu redor [das moradias]. Então foi legal ter regras, limite de número de pessoas para entrar na comunidade. Isso foi muito bom, pelo menos parou aquela baderna. (Moradora da Comunidade do Marujá, em entrevista concedida a ALVAIDES, 2013, p. 140).*

A partir das reuniões do CAG, houve uma estipulação do número máximo de barracas em alta temporada, este foi um marco na interferência do turismo, entre comunidade e gestão do parque. No caso da comunidade do Marujá, o número máximo de barracas é 270 com total de 540 campistas (SÃO PAULO, 2001, p. 60).

As pousadas do PEIC estão concentradas na comunidade do Marujá, porém todas as comunidades apresentam algumas opções de estadia. Segundo o plano de manejo (SÃO PAULO, 2001, p. 58), havia na época apenas pousadas nas comunidades do Marujá (12 pousadas) e Enseada da Baleia (2 pousadas). Porém havia um processo de viabilização das pousadas nas demais comunidades. O cenário atual já apresenta mudanças estruturais significativas, com pousadas-residências em todas comunidades, além da questão da redução das populações não tradicionais, que no caso da Enseada da Baleia e do Marujá muitos comércios eram realizados por moradores não tradicionais, foi uma realidade que se alterou com o decorrer da CAG e da prática de demolição de moradias de não tradicionais.

Há existência de bares e restaurantes no PEIC, no qual são responsáveis os moradores locais, havendo apenas uma lanchonete dentro do núcleo Perequê que é de responsabilidade de uma concessão cedida pelo PEIC.

Como a questão da moradia, os serviços de alimentos e bebidas se concentram na comunidade do Marujá, porém a comunidade do Pereirinha/Itacuruçá também se destaca, com vários serviços de restaurantes na praia. Todas as comunidades possuem algum serviço de alimentos e bebidas, tendo influência direta com recursos locais e da cultura caiçara, porém há uma oferta diversa e adaptações para atender o público.

Durante a observação de campo<sup>32</sup> foi possível analisar a oferta alimentar dos restaurantes, onde era comum a comercialização de peixes da época, porém também foi observado menus com itens como “*sashimi* caiçara” e “*yakisoba*”. Estas opções de oferta diversificada ocorrem mais em comunidades que concentram mais restaurantes.

Observou-se uma realidade de economia solidária em que restaurantes e serviços de hospedagem, estão vinculados a um fundo comum para a comunidades. Essa prática varia entre as comunidades, algumas mais integradas como a Enseada da Baleia<sup>33</sup>, enquanto outras adotam abordagens mais pontuais, como o Marujá, que destina uma porcentagem do faturamento dos campings na alta temporada para esse fim. Há estratégias de cooperação, como restaurantes que oferecem alimentos diferentes e serviços vendendo produtos correlacionados na praia do Pereirinha, visando reduzir a concorrência.

Vale ressaltar que houve um amadurecimento na interação entre a comunidades caiçaras do PEIC e o fluxo turístico, com os princípios do ecoturismo incorporados pelos moradores, isto fica claro com depoimento:

No começo daqui o povo não era educado para trabalhar com o turista. Hoje em dia todo mundo já está acostumado com o turismo. Já está acostumado, já tem um recurso melhor, já tem um telefone em casa para comunicação. A pessoa já liga direto para você, o cara lá em São Paulo, já faz uma reserva. Já passa o preço. Já faz o transporte, dá uma agilizar um pacote só, incluído com o valor do transporte de Cananéia para cá. Então o pessoal está todo acostumado. Mexer com os turistas, conversar, sempre o pessoal pede informação, a gente dá informação, educa o turista sobre o lixo. Aqui em caso eu já falo para o turista, que pergunta alguma coisa, sobre a comunidade, sobre da cultura caiçara. Se levar uma cerveja pra a praia, não jogar a latinha, trazer, botar uma sacolinha. Separar o lixo, então a gente já dá uma... a gente cobra do turista para não jogar lixo nas trilhas.” (Morador do Marujá, em entrevista concedida a ALVAIDES, 2013 p. 151).

---

<sup>32</sup> No Marujá e na praia do Pereirinha.

<sup>33</sup> Descrito na Tabela 9 (p. 54).

## 4. A CULTURA ALIMENTAR

Este capítulo trata do patrimônio imaterial e da cultura caiçara, está dividido em quatro partes: primeiramente será apresentados conceitos ligados ao patrimônio imaterial, tradições, saberes e conceitos ligados a alimentação, posteriormente será tratado da cultura alimentar caiçara e sua transformações e ligações com atividade turística.

Para analisar a cultura alimentar caiçara, foi utilizada a metodologia da meta-etnografia (NOBLIT; HARE, 1988), na qual foram utilizados os trabalhos com foco específico na alimentação Miranda *et al* (2011) e Hanazaki (2001 e 2004), além do uso indireto das entrevistas com os moradores locais realizadas e disponíveis nos trabalhos de Ferreira e Jankowski (2009) e Alvaides (2013).

### 4.1 Patrimônio imaterial

A valorização dos bens culturais de natureza imaterial ou intangível é algo recente nas políticas patrimoniais, já que inicialmente, as políticas de preservação do patrimônio privilegiaram bens materiais, especialmente a arquitetura. No começo do século XXI ocorre a 1º Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada em Paris (UNESCO, 2003), se tornando pauta em âmbito internacional. O antropólogo Lévi Strauss sintetiza o momento:

Há vinte anos, a noção de patrimônio cultural estava satisfatoriamente contida e se resumia aos monumentos arquitetônicos. A partir de então, a história da arte e da arquitetura, a arqueologia, a antropologia e a etnologia não se limitam mais ao estudo dos monumentos em si mesmos, mas se voltam preferencialmente para os conjuntos culturais complexos e multidimensionais que traduzem no espaço as organizações sociais, os modos de vida, as crenças, os saberes e as representações das diferentes culturas passadas e presentes no mundo inteiro (LÉVI-STRAUSS, 2006, p. 80).

No Brasil o IPHAN, já havia começado atuar no campo do patrimônio imaterial, tendo como marco os documentos a Carta de Fortaleza<sup>34</sup> (elaborado em 1997), o INRC<sup>35</sup> (elaborado em 2000), a própria criação do Departamento de Patrimônio

---

<sup>34</sup> Realização de Seminário do Patrimônio Imaterial em 1997, regidos pelos técnicos do IPHAN, com a presença de membros da UNESCO, estabeleceu a carta, com diretrizes ligadas a métodos de salvaguarda da memória dos grupos formadores da sociedade brasileira (CAVALCANTI *et al*, 2008. p. 17).

<sup>35</sup> O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): elabora uma metodologia de instrumentalização e identificação do patrimônio cultural brasileiro, sendo a base dos modelos atuais

Imaterial do IPHAN (criado em 2003) e com o Decreto N°3.551<sup>36</sup> (BRASIL, 2000). Todas essas ações ligadas ao interesse da salvaguarda de bens imateriais, com elaboração anterior às ações da UNESCO, inclusive com o IPHAN tendo um papel chave para a ampliação das discussões internacionais sobre o tema.

No decorrer dessas últimas duas décadas, diversos registros ligados ao patrimônio imaterial nacional<sup>37</sup> foram realizados, protagonizados pela própria sociedade com a tutela dos registros pelo IPHAN<sup>38</sup>. Os processos de registro são instruídos por dossiês técnicos, que embasam o reconhecimento das respectivas expressões como patrimônio imaterial nacional. Este modelo foi estabelecido pelo Decreto N° 3.551 (BRASIL, 2000), que estabelece o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em quatro categorias:

- 1) **Saberes:** conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- 2) **Formas de expressão:** manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
- 3) **Celebrações:** rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.
- 4) **Lugares:** mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

A categoria dos saberes tem relevância neste trabalho, por tratar de questões ligadas ao cotidiano e ao modo de fazer, que serão tratadas no decorrer deste capítulo. Os registros de saberes ligados à esfera alimentar, reconhecidos pelo IPHAN estão demonstrado na tabela (Tabela 11):

---

(CAVALCANTI *et al*, 2008. p. 16).

<sup>36</sup> Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

<sup>37</sup> Inclusive o registro da expressão cultural caiçara, o fandango, com o “Dossiê do Fandango Caiçara” (IPHAN, 2011).

<sup>38</sup> Com iniciativa e protagonismo dos atores da sociedade civil interessados, supervisionados e com instruções do IPHAN (CAVALCANTI *et al*, 2008. p. 19).

Tabela 11 - IPHAN registro saber alimentar

Saberes ligados às práticas alimentares	Ano de registro	Estado
Ofício das Panelleiras de Goiabeiras	2002	Espírito Santo
Ofício das Baianas de Acarajé	2005	Bahia
Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre	2008	Minas Gerais
<b>Sistema Agrícola Tradicional</b> do Rio Negro	2010	Amazonas
Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína	2014	Piauí
Tradições Doceiras na Região de Pelotas e antiga Pelotas – Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre	2018	Rio Grande do Sul
<b>Sistema Agrícola Tradicional</b> de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	2018	São Paulo

Fonte: Adaptado pelo autor, com base em COSTA e SERRES 2020.

Para Costa e Serres (2020, p. 138) “(...) O patrimônio alimentar está estreitamente associado ao suporte material que possibilita sua reprodução e às características do meio natural no qual se manifesta”. Portanto, não se trata apenas do alimento, mas das práticas, da produção, dos processos, das tecnologias, da organização, do modo de fazer e da transmissão deste conhecimento.

Outro conceito que nos interessa aqui, é o de “homogeneização dos modelos alimentares” (DAMATTA, 1987, p. 6), referindo-se a um fenômeno ligado à globalização, onde há uma padronização no consumo alimentar, não apenas na proliferação de alimentos industrializados, mas também na produção das matérias primas, quando a manufatura alimentar se adequa a este sistema de mercado globalizado, diminuindo a produção de variantes de alimentos.

Por exemplo, mercados na cidade não oferecem as variedades de tipos de mandioca, que uma única comunidade tradicional na região amazônica do Rio Negro, sozinha produz, que perfaz centenas de variedades diferentes de mandioca (EMBRAPA, 2019, p. 37). Ocorre este mesmo processo em relação à diversidade genética das batatas consumidas mundialmente, da qual não há variedade quase alguma, enquanto

apenas uma única vila andina<sup>39</sup>, apresenta inúmeras vezes mais variedades e genes de batatas do que no resto do mundo (MANN, 2012, p. 259).

Este fenômeno da homogeneização dos modelos alimentares, também pode invisibilizar ou viabilizar matérias primas pela sua aptidão comercial. A introdução deste fenômeno com a mercantilização nas comunidades tradicionais, pode ter consequências complexas para seu modo de vida, normalmente tratando-se de populações ligadas a produção de subsistência, onde as práticas estão ligadas ao conhecimento que o ambiente oferece, articulando com as suas tecnologias e cultura, não afetando apenas um fator isolado mas todo o sistema local.

O conceito técnico de “Sistema Agrícola Tradicional” (SAT), também é relevante ao tema<sup>40</sup> e é utilizado para descrever as técnicas de produção das populações tradicionais, com o saber da vegetação nativa para auxiliar em zonas de produção, técnicas de manejo da terra e técnicas agroambientais (EMBRAPA, 2019, p. 84). Importante destacar a prática de variedades de cultivos (oposto à monocultura), com respeito à sazonalidade, ao conhecimento dos ciclos lunares e estações e técnicas que não enfraquecem o solo, evitando processos de erosão, além de terem valores genéticos pelas variedades plantadas, resultantes do manejo das populações tradicionais (EMBRAPA, 2019, p. 26).

#### 4.2 A cultura caiçara

A cultura caiçara é definida por diversos autores de formas distintas, Diegues define como:

A cultura caiçara é aqui definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não materiais (linguagem, música, dança e rituais religiosos). (DIEGUES, 2004, p. 22).

Estas inúmeras práticas são salientadas pela na herança cultural e incorporação de diversas culturas, associadas à ruralidade. Na tradição oral, a musicalidade e a dança, representadas pelo fandango, expressam um forte senso comunitário enraizado pela prática dos mutirões. O modo de vida é moldado e

---

<sup>39</sup> Cordilheira andina é o epicentro de origem da domesticação da batata.

<sup>40</sup> Sendo reconhecido pelo IPHAN, vinculado ao modo de saber e cotidiano do patrimônio imaterial, como demonstrado na tabela 11.

adaptado ao seu ambiente, em interação em ecossistemas de mangue, oceano, rio, estuário, restinga e Mata Atlântica.

A cultura caiçara é dinâmica, está em plena adaptação e mudança, por ser uma cultura viva, como sintetiza por Anthony Giddens:

A ideia de que a tradição é impermeável à mudança é um mito. As tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem também ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina[...]Elas são inventadas ou reinventadas (GIDDENS, 2000: p. 51).

A cultura caiçara também pode ser observado por meio do conceito de hibridismo de identidade (HALL, 1992, p. 91), onde indivíduos apesar de manterem conexões com as suas raízes e costumes originais, não têm a expectativa de voltar ao passado, precisando se adaptar às novas culturas ou estruturas sociais em que estão inseridos atualmente. Esse processo de adaptação é crucial para não perderem completamente a identidade e serem absorvidos culturalmente. Eles preservam elementos da sua cultura, tradições, linguagens e histórias distintas ao mesmo tempo em que se integram a novos contextos sociais e culturais, considerando que a cultura global possui hierarquia e pressão, como é sintetizado por Hall (2000, p. 89): *“Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”*.

#### 4.3 A cultura alimentar caiçara

Para a construção deste tópico foram utilizadas fontes que citam o sistema e a cultura alimentar caiçara, utilizando especificamente o trabalho de Tatiana Miranda *et al* (2011) e Ferreira e Jankowsky (2009).

Segundo Tatiana Miranda *et al* (2011)<sup>41</sup>, no PEIC apenas em recursos vegetais foram identificadas 813 plantas pelas comunidades locais, utilizadas para fins medicinais, consumo alimentar e para manufatura. Destas 813 espécies, 457 eram nativas, identificando 41% delas com fins para alimentação, enquanto foram citadas 300 plantas exóticas, das quais 55% eram relacionadas ao consumo alimentar. Este trabalho também identificou a mudança significativa de conhecimento a respeito das plantas por geração, os mais velhos são detentores de maior conhecimento, citando maior número de espécies, enquanto as gerações com menos de 40 anos possuem

---

<sup>41</sup> Este trabalho não expôs as entrevistas, demonstrando apenas números brutos gerados pelas entrevistas. As entrevistas foram realizadas na comunidade do Marujá.

um conhecimento maior a respeito das plantas manufatureiras. O trabalho evidenciou uma diferença de conhecimento entre gênero, com as mulheres expondo um número maior de plantas com fins medicinais, enquanto o gênero masculino evidenciou maior número de plantas manufatureiras, as plantas alimentares tiveram um número semelhante. O trabalho concluiu a profunda dependência das comunidades caiçaras da vegetação que lhe acercam, referindo-se como um fator determinante ao seu modo de vida (MIRANDA *et al*, 2011).

A alimentação caiçara no PEIC mudou consideravelmente nas últimas décadas, principalmente pela mudança de eixo de produção e valorização econômica de produtos específicos. Será pontuado a seguir algumas bases e transformações deste sistema alimentar:

### **I-Cultivo**

O cultivo era a produção mais importante para comunidades caiçaras e a sua subsistência. Esta prática demonstra o senso comunitário que é tão presente na cultura caiçara, tratando de uma atividade ligada aos mutirões, que é um dos pilares de sua cultura.

O plantio de raízes era a principal base da alimentação caiçara, com: mandiocas, inhames, mangarito, taioba e batatas. Consumidas de diversas formas, porém a farinha era a principal finalidade.

A mandioca é mais utilizada, principalmente para se fazer farinha, havendo muitas variedades de mandioca e diversos tipos de farinha, tendo toda uma gama de objetos e técnicas envolvendo esta produção: o tipiti<sup>42</sup>, a gamela, a prensa e a roda<sup>43</sup> (Figura 4). Esta produção toda necessitava de um grande esforço comunitário com horas de trabalho, como pode ser visto no trecho:

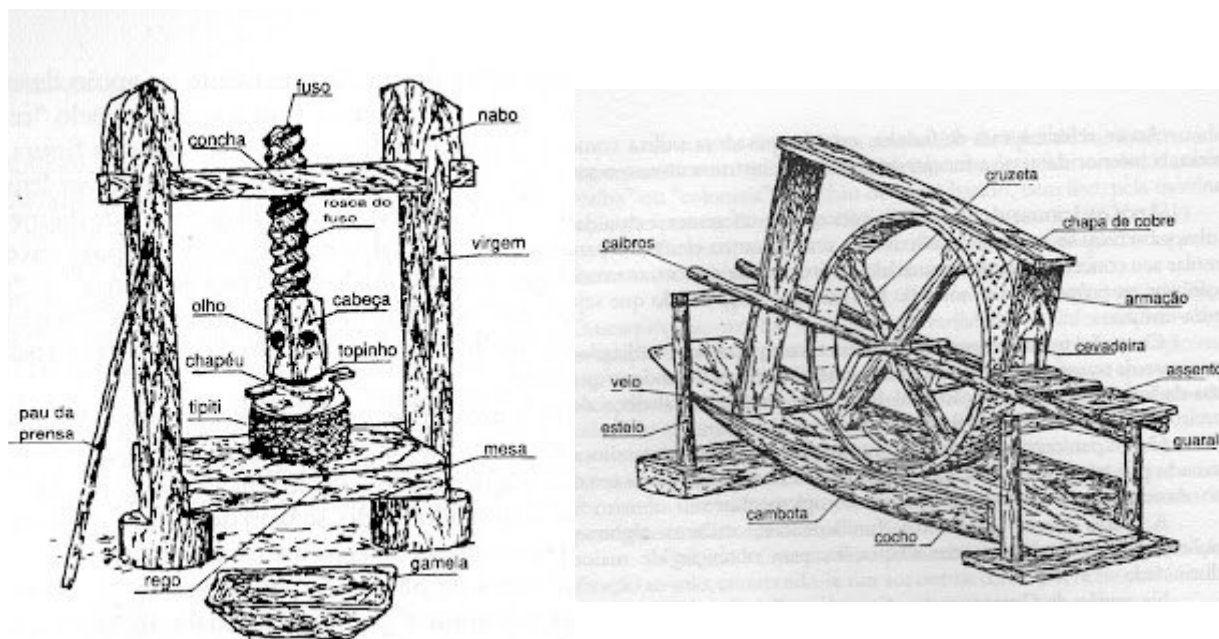
Quando minha avó ia fazer farinha, passavam o dia todo, a manhã toda, quatro, cinco, seis homens, ou mais, raspando a mandioca, e depois minha tia sentava na roda pra cevar, e assim ficava o tempo todo lá. Era bom de ver! (Moradora local, em entrevista concedida a FERREIRA; JANKOWSKY, 2009, p. 24).

---

<sup>42</sup> O tipiti trata-se de uma cesta de material vegetal, onde se coloca a mandioca ralada, para ser pressionada pela prensa. O líquido produzido por essa compactação chama mandiquera, o qual é capturado pela gamela (que é um recipiente de madeira)(Figura 4).

<sup>43</sup> A roda se trata de um grande equipamento utilizado para ralar a mandioca.

Figura 4: Objetos da produção de farinha (prensa e a roda)



Fonte: Ilustrações de Alvar e Alvar (1979)<sup>44</sup>.

Esse processo todo gerava diversos produtos como a berereca<sup>45</sup> (Figura 5), biju, tapioca e o cuscuz, além de diversas farinhas.

Hoje em dia se diminui acentuadamente essas práticas, tendo diversidade menor que no passado, tanto nos tipos de farinha quanto na própria produção. Um destes fatores foi a diminuição da produção de cultivos, que conseqüentemente reduziu a dimensão coletiva desta atividade, que era fator determinante, a produção de farinha nas comunidades caiçaras necessita de um grande contingente em todas as etapas. A produção atual de farinha na Ilha do Cardoso é quase nula, sendo utilizadas farinhas de outras proveniências, algumas até mesmo de outras comunidades tradicionais da região do Vale do Ribeira.

<sup>44</sup> Acesso as figuras em: <http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/2009/09/da-mandioca-farinha-pirao-biju-e-cuzcuz.html>.

<sup>45</sup> Berereca: semelhante a uma panqueca com base de mandioca.

Figura 5: Berereca



Fonte: Canal do Youtube da TV PARANÁ TURISMO<sup>46</sup>.

A construção do PEIC é bem impactante nessa produção alimentar e nos hábitos da comunidade. Uma das principais técnicas utilizadas era a coivara, que se trata da queima e pousio, com uma rotatividade de cultivos e grande tempo de descanso do solo. Se preparava uma área na qual se queimava, daí se plantavam raízes diversas, ou grãos e depois da colheita se abandonava, deixando a terra e a mata se recompor, se plantando algumas árvores frutíferas e palmeiras. Depois de quatro a seis anos repetia-se o processo. Essa técnica foi proibida pela gestão do PEIC, pela questão do fogo e do suposto impacto ambiental, sobretudo a partir da década de 1970. Atualmente o PEIC com zoneamentos impede a produção de roças nas áreas elevadas do parque, onde é considerada zona primitiva ou zona intangível (Tabela 6, p. 32), que é julgado pelas comunidades, áreas boas de fazer roça, além de áreas fora do PEIC como a Ilha da Tumba<sup>47</sup>.

As áreas disponibilizadas para o rocío atualmente, são principalmente áreas de restingas (que concentra zonas de uso extensivo), limitando diversos tipos de roça, pelo solo ser mais arenoso. Além disso, esta disponibilidade só veio após o plano de manejo atual, ocorrendo um grande abandono de produção, o que fez as comunidades abandonarem o PEIC (Gráfico 1, p. 38) ou mudarem o método de subsistência.

Em relação aos grãos, como já foi dito anteriormente, o arroz marcou a região do Vale do Ribeira, com o seu ciclo econômico, isso fez os caiçaras da região terem

---

<sup>46</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=w\\_uChgRo03g](https://www.youtube.com/watch?v=w_uChgRo03g).

<sup>47</sup> A outra margem do canal do Ararapira, era utilizada historicamente para produção agrária e extração pelas comunidades da Ilha do Cardoso, o que foi impossibilitado pela jurisdição da UC, levantando a importância da RESEX da Ilha da Tumba.

um consumo e plantio de arroz em vários séculos, o que não se vê em outras comunidades caiçaras da costa norte de São Paulo (onde não houve este ciclo econômico). No PEIC este plantio está bem marcado, tratando-se de um dos poucos plantios que tinha como finalidade a realização do comércio com núcleo urbano, além do consumo de subsistência.

O arroz era e é utilizado para muitos pratos, servindo de farinha, cuscuz de arroz, bolinhos e outros. O plantio era feito de forma coletiva, no seu auge ocupava as maiores áreas de plantação da comunidade. A região é propícia para esse tipo de plantio, por possuir áreas alagadiças, que é determinante para a lavoura de arroz.

O relato a seguir contextualiza:

Plantava arroz e colhia arroz e mais arroz. Meu senhor! Trazia pra casa aquela quantidade de arroz, era uma sacada. Juntava toda a criançada pra colher. Batia o arroz no cachinho. Todo mundo trabalhava. Trabalhava homem, trabalhava mulher, trabalhava criança. As crianças batiam com o pé, pro arroz cair do cachinho. Depois que caía, enchia aqueles sacos grandes. Enchia de arroz até a boca e levava tudo pra cidade, que tinha o engenho. A gente pilava arroz no pilão. Pra comer, pilava, pilava, pilava. Pra fazer cuscuz, pra fazer biju de arroz, todas essas coisas. (Moradora local, em entrevista concedida a FERREIRA, JANKOWSKY, 2009, p. 33).

Além do arroz, culturas de milho para produção de alimentos como como canjica, curau, angu e pamonha, eram plantadas, principalmente para consumo próprio. Hoje em dia os alimentos à base de milho diminuíram muito, não apenas no PEIC, mas na região, pela redução dos plantios.

Os feijões sempre foram cultivados pelos caiçaras, ligados ao consumo próprio. Antigamente se utilizava muito na rotação de culturas e havia muita diversidade de tipos de feijão. Hoje em dia ainda se consome muito, porém com uma diversidade menor e com o uso do feijão vindo de mercados. Referente à nostalgia das variedades do feijão, no trecho a seguir:

O feijão do sítio é mais gostoso, tem outro sabor (...). Tinham vários tipos: o carioca, o chumbinho, tinha um amarelo, que agente chamava de feijão enxofre, feijão preto, branco e vermelho. Esse vermelho era bonito, era lindo quando colhia ele. Tinha os cariocas que eram branco e vermelho, tinha outros normais como esses (vendidos no mercado), tinha outros que eram pretos e branco, tinha feijão de corda. Todos plantavam juntos e colhiam juntos, na mesma época. (Moradores locais, em entrevista concedida a FERREIRA; JANKOWSKY, 2009, p. 35).

Neste contexto de criação do PEIC e diminuição das práticas de lavoura, por repressão, destaca-se a exposição da memória de um caiçara local contextualizando este processo durante essas décadas:

A partir de 1969 já não se plantava muita roça de arroz de feijão, se plantava mandioca, batata, milho (...) mas as roças grandes de feijão, de arroz, com o Parque, eram mais difíceis de fazer. Depois ainda foi feita uma, depois, no morro, que a gente chama de Puleiro, teve um mutirão e foi plantada uma roça de arroz comunitária. Mas já não se plantava tanto (...) O pessoal deixou de fazer essas roças grandes por causa do Parque, mas continuou a fazer essas roças de mandioca que eram roças menores. Ali até que eles plantavam um feijão, um arroz, um milho, mas em pouca escala. Não era em grande escala como antigamente era feito. Eles juntavam duas, três famílias e faziam roças grandes. Daí sim, eles iam se alimentar só daquilo que eles produziam. O hábito que se tinha era plantar. Hoje, por mais que se tenham leis que permitem, o gestor dá o direito [para fazer roça], mas a dificuldade para se conseguir é enorme. E essa tradição é uma coisa difícil de se voltar. Porque se deixou de plantar, eu não me recordo a data foi de [19]80, 80 e poucos para cá. Então são trinta anos praticamente que ninguém faz mais isso. Pulou-se uma geração. (...) Se a pessoa roçava, desmatava, eles vinham aí, davam multa, ia para o fórum e a multa era alta. São vinte anos, essa geração passou e essa geração que veio já não tem mais esse costume. Pode ser que se houvesse um pouco mais de flexibilidade e eles incentivassem o cara voltar a plantar... para uso, mas também para oferecer para os turistas também uma atração (...) Não só isso, mas muito mais coisas que se fazia, coisas na parte cultural que se fazia: para se fazer a farinha eles tinham que fazer uma peça de cipó chamada tipiti, ali onde botava a mandioca ralada para escorrer. É bonito de se fazer! Fazia gamela, fazia cestas, fazia um monte de coisas que o povo deixou de fazer, é um passado que está indo embora (...). (Morador local, 2013, em ALVAIDES, 2013, p. 132).

O relato anterior demonstra como a prática da lavoura foi afetada pela sua criminalização, especialmente entre as décadas de 1970-1990. Mesmo com um cenário atual permitindo a prática, já não se há o hábito comunitário de produzir, tendo os membros da comunidade envolvidos em outras práticas, além da atividade ter pulado gerações, o que gerou consequências. A produção agrária caiçara demanda uma grande escala comunitária com tempo e significativa mão de obra, a cultura dos mutirões têm forte associação com esta atividade.

## **II-Extração vegetal**

A extração vegetal é uma prática marcante na cultura caiçara como foi demonstrado no trabalho de Tatiana Miranda (2011), afetando tanto a saúde com plantas medicinais e alimentares, como próprio sustento e recursos como no caso de extrações de palmito e de madeira.

A coleta de frutas é um costume da cultura caiçara, havendo o hábito de pequenos plantios nos quintais e perto das residências de árvores frutíferas diversas. Na culinária se destaca a utilização da bananeira, com uso de banana em vários pratos com uma grande variedade de bananas diferentes, havendo bananas específicas usadas para pratos salgados (Figura 6). A própria folha da bananeira é utilizada como técnica de cozinha<sup>48</sup>.

Figura 6: Cação com Banana<sup>49</sup>



Fonte: Extraído de Ferreira e Jankowsky, 2009, p. 73

Além disso, há o hábito de curtir a cachaça com frutas, utilizando diversas frutas, com destaque ao cambuci. Ainda sobre bebidas, os caiçaras possuem uma grande expertise na produção de cataia, que se trata de uma planta presente na região<sup>50</sup>, cuja folha é curtida na cachaça. Esta folha também é utilizada para chá com fins medicinais.

As palmeiras são consumidas pelos caiçaras, tanto o palmito quanto as frutas (dependendo da espécie). O palmito é consumido cozido com água ou na brasa (utilizando a própria casca da palmeira como proteção). Há espécies de palmeiras

---

<sup>48</sup> Embrulho com folha de bananeira, para fogo é uma prática comum na cozinha caiçara, onde a propriedade da folha não permite a queima do alimento, que cozinha por dentro.

<sup>49</sup> Banana da variedade verdolenga.

<sup>50</sup> A planta cataia (*Drimys brasiliensis*) é endêmica da Mata Atlântica, possui subespécies distintas que alteram o sabor da bebida.

como a indaiá que é apreciada pelo seu coquinho quando seco, utilizado em receitas de biju, tapioca e outros itens à base de farinha.

Porém comercialmente se destaca o juçara, foi fortemente predado na região da Mata Atlântica, pela sua grande valorização. Conseqüentemente a extração desta palmeira é proibida no PEIC, referindo-se a uma polêmica ou *tabu* na ótica de conservação pela sua dificuldade de proliferação e ciclo de vida longo, tendo um grande mercado consumidor e alta valorização. As palmeiras e árvores frutíferas são utilizadas no sistema de agrofloresta, presente em um dos ciclos da técnica da coivara.

A extração de madeira para criação de barcos e objetos também possui grande importância na cultura caiçara, antigamente toda a estrutura física das casas eram de madeira, se destacando a extração da caxeta. A PEIC nas suas primeiras décadas combateu atividade de extração de madeira das comunidades, o que gerou uma tensão, principalmente pela necessidade desta extração na produção dos barcos.

### **III- A caça**

A caça e alimentação de animais silvestres, era hábito comum nas comunidades caiçaras do PEIC, ainda estando presente nas memórias dos membros mais velhos da comunidade. Inclusive, tendo no passado uma função tão relevante quanto a própria pesca, fazendo complemento alimentar com a agricultura.

A caça caiçara não possuía uma característica predatória, há uma época adequada para cada animal, não se caçando em época de gestação e criação de filhotes, tendo armadilhas personalizadas para presas específicas, com uma profunda relação de respeito com a Mata Atlântica. A caça caiçara foi influenciada por uma herança cultural indígena que foram incorporadas (DIEGUES, 2006, p. 6), havendo diversas técnicas e artes de armadilha, como: covo de chão; mundéu; arapuca e outros.

As carnes mais valorizadas para alimentação era a de paca, porém se comia diversas espécies como: macuco, tatu, quati, cateto, tamanduá, capivara entre outros. Como é elaborado num trecho de uma senhora caiçara da região:

*Paca, tatu, cervo, cateto, tamanduá, quati, raposa, porco do mato. Tinha onça também, a gente comia, mas era difícil porque ninguém conseguia matar. Fazia tatu moqueado. Fazia um fogo de lenha no chão e punha o tatu bem temperado pra cozinhar na brasa. (Moradora local, em entrevista concedida a FERREIRA; JANKOWSKY, 2009, p. 31).*

A nutrição de proteína animal dos caiçaras, não dependia só da caça, havendo tanto a pesca como pequenas criações de porco e aves. Com a criação do PEIC, a caça de animais silvestres foi amplamente proibida, tratando-se de um *tabu* para instituições ambientais como a Fundação Florestal e com as próprias leis impostas no PEIC, tratando-se de um tema sensível. O fato é que as populações locais não consomem mais este tipo de proteína.

#### **IV-Pecuária**

Criações de pequenos animais, principalmente aves e suínos era algo comum nas comunidades caiçaras do Vale do Ribeira, sempre em uma escala pequena, eram consumidos em eventos especiais. No caso do PEIC animais domésticos não são permitidos por lei, não havendo prática de pecuária pelas comunidades. Porém, a alimentação de animais provenientes da pecuária aumentou nas comunidades do PEIC, pelo acesso e consumo há mercados (localizados em Cananéia)(Figura 7), ampliando o consumo de carne bovina, frango e porco. Há uma valorização local destes alimentos e são utilizados nos estabelecimentos turísticos.

Figura 7: Mantimentos comprados pelos moradores (na embarcação da DERSA<sup>51</sup>)



Fonte: Retirado de Nabhan, 2021, p.24.

## V- Pesca

A pesca no passado, possuía um caráter secundário, principalmente pelas dificuldades de manutenção, por não haver sistema de refrigeração e barcos a motor, havendo poucos membros da comunidade caiçara que eram exclusivamente pescadores antes da chegada do PEIC.

Neste período anterior, a pesca era pontual para consumo local, marcada pela fartura de recursos, utilizada em épocas específicas e ligada a momentos de escassez das outras atividades como também entre ciclos de plantio.

Como o sistema de refrigeração é recente nas comunidades<sup>52</sup>, é tradicional o processo de fumagem, salga e de seca do peixe, constituindo-se do peixe seco uma das poucas formas que tinha valor comercial no passado (Figura 8). O peixe mais comum deste processo é a tainha. Essas técnicas de fumagem ainda são utilizadas atualmente, porém de forma pontual. Este processo pode ser visto no depoimento de uma moradora local:

---

<sup>51</sup> Embarcação de serviço do Estado, sob controle da DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S.A).

<sup>52</sup> A partir do plano de manejo atual, foi estabelecido a criação de casas de refrigeração comunitárias em cada comunidade caiçara do PEIC. Que se tratava de uma demanda local.

O peixe defumado é diferente do peixe na fumaça. O peixe defumado leva três. quatro horas no defumador. Você tira dali e pode comer. O da fumaça não. Leva cinco a seis dias nessa fumaça toda, em cima da lenha queimando. Quando estiver sequinho pode tirar. Daí, quando quer comer, põe em uma vasilha com água e deixa o dia todo. Depois de tirar o sal, você prepara o tempero, põe ele pra cozinhar com tempero. (Moradora local, em entrevista concedida a FERREIRA; JANKOWSKY, 2009, p. 67).

Além disso, o processo envolve a utilização de madeira certa, distância da fumaça e o tipo de peixe, em geral são ideais peixes mais gordurosos para tal processo.

Figura 8: Peixe seco caiçara

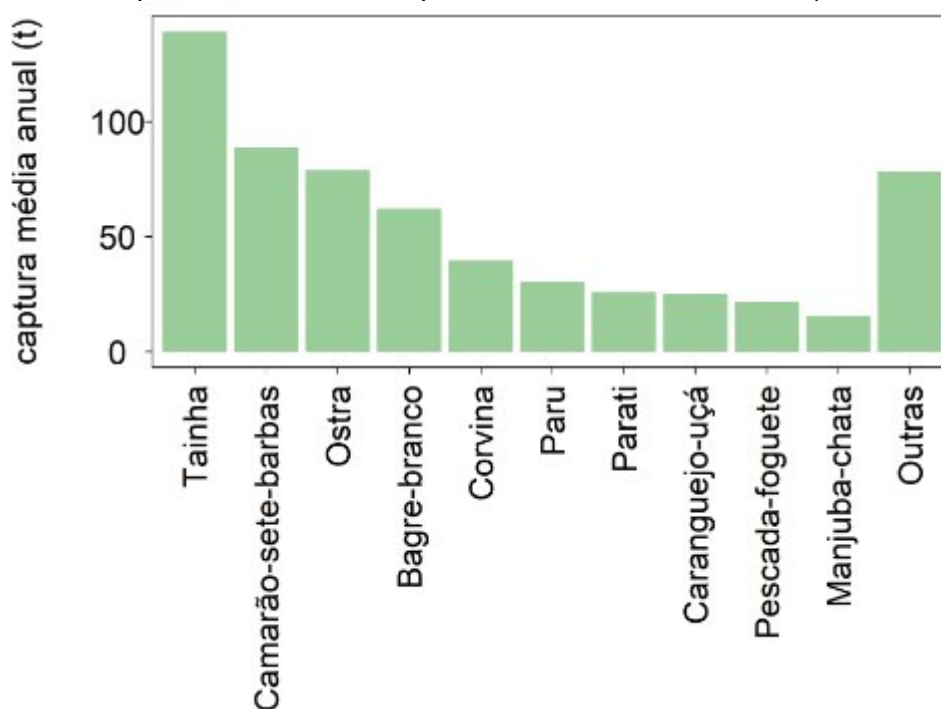


Fonte: Extraído de Ferreira e Jankowsky, 2009, p.66.

Cada peixe possui uma especificidade e um modo de preparo mais indicado, porém um modo bastante comum é a caldeirada, com acompanhamento essencial a farinha de mandioca para fazer com o molho o pirão, outro importante acompanhamento é o arroz. As caldeiradas e moquecas antigamente tinham um caráter mais simples, tratando apenas do caldo com peixe temperado com alfavaca e coentro, hoje em dia é mais temperado, comum a utilização de cebolas, molho de tomate, salsa e outros temperos que não se encontravam na cozinha caiçara antigamente.

Existem vários pratos ligados à pesca na culinária caiçara, com diferentes técnicas, modos de preparo: assado, grelhado, defumado, caldeirada, ensopado etc. É importante lembrar que Lagamar é uma das regiões mais produtivas do Atlântico Sul, pela importância do estuário para reprodução de diversas espécies, tendo diversidade e produção orgânica elevada. Há uma grande diversidade de fauna, tanto marinha, quanto associada aos canais e ao próprio mangue, portanto é relevante expor as principais espécies pescadas na região de Cananéia, a seguir descrição das espécies mais pescadas com dados do Instituto de Pesca:

Gráfico 4 - Captura média anual da pesca artesanal de Cananéia (2018 a 2022)



Fonte: Instituto de Pesca. 2022.

- A tainha (*Mugilidae ssp*): é historicamente o peixe mais importante da região, tratando-se de um peixe comum e apreciado, possui uma sazonalidade marcante (que se assemelha com a sazonalidade do turismo), sendo muito pescado na técnica de cerco-fixo, que é uma arte de pesca da cultura caiçara. Trata-se de uma estrutura de madeira (Figura 9) que faz uma armadilha de entrada, que fica na borda do canal, o peixe entra e não consegue sair, esta técnica ainda possui um fator com o boto-cinza<sup>53</sup> (*Sotalia guianensis*), que auxilia na captura, por usar armadilhas para encurralar os peixes e consumi-los.

<sup>53</sup> Os botos são tratados como parceiros dos pescadores na região, além de ter importante apelo no turismo, pela facilidade de observação destes no PEIC.

A tainha é preparada de várias formas, porém não é apreciada pelos caiçaras em caldeirada ou cozida, por ser um peixe gorduroso, se apresenta de maneira enjoativa nestas formas. A tainha tem tamanha relevância que a comunidade do Marujá no PEIC realiza anualmente a festa da tainha.

Figura 9: Arte de cerco no canal do Ararapira



Fonte: Acervo do autor.

- O camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*): é um camarão comum na região, tendo uma demanda de mercado alta, além de ser apreciado para consumo local, havendo vários pratos e de distintas formas, possuindo um grande apelo com os turistas. É utilizada a ferramenta gerival<sup>54</sup> para captura.

- A ostra (*Crassostrea virginica*): se tornou importante pra região, era algo pontual no consumo caiçara. Porém nos anos de 1960 e 1970 ela se tornou recurso comercial, sendo utilizado por muitos moradores do próprio PEIC como atividade emergencial, após a proibição do cultivo agrícola.

A região é uma das mais importantes na extração de ostra no Brasil, tendo em vista a qualidade da água e a extensão de mangue preservado<sup>55</sup>. Hoje em dia, a

---

<sup>54</sup> Gerival é um aparelho de pesca, utilizado em áreas estuarinas, têm profunda ligação com a pesca de camarão, entre outras. É uma ferramenta de pesca artesanal.

<sup>55</sup> O Município de Cananéia apresenta um total de 74,54 km<sup>2</sup> de mangue, o que representa 69,26% do

prática de criação de ostras com tabuleiros de engorda, é uma das principais atividades da RESEX do Mandira, que se encontra próximo ao PEIC (lado oeste da Ilha de Cananéia). A ostra tem tamanha relevância na região que a cidade de Cananéia possui um festival municipal da ostra, tendo grande apelo no fluxo turístico da região.

- Bagre-branco (*Genidens ssp*): é um peixe apreciado na culinária caiçara, utilizado principalmente para caldeirada. Possui técnicas de pesca específicas, por ser um peixe com hábito demersal<sup>56</sup>.

- Parati (*Mugil ssp*): é um peixe muito comum e consumido pela comunidade caiçara, porém não tem tanto valor comercial. É frequentemente pescado na pesca de cerco.

- Manjuba (*Anchoviella lepidentostole*): é um peixe pequeno consumido pela comunidade caiçara e muito apreciado frito ou defumado.

- Caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*): é um caranguejo vermelho muito valorizado na culinária caiçara. Antigamente era cozinhado de forma simples com água e sal, hoje em dia é apreciado no molho de tomate e na cerveja.

Há conflito entre coletores de caranguejo manuais e os que usam armadilha<sup>57</sup> (forma ilegal na região)

O gráfico 5 refere-se ao tipo de arte de pesca utilizado artesanalmente:

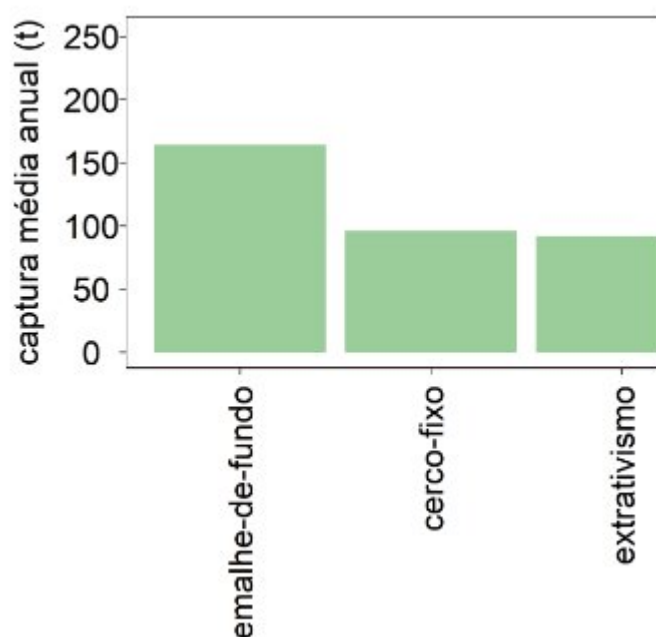
---

território do município (LAMPARELLI *et al*, 1998, p.21), tratando do município com maior % de mangue da costa paulista.

<sup>56</sup> Peixes que possuem o hábito de ficar maior parte do tempo no fundo d'água, podendo ser em águas profundas ou não.

<sup>57</sup> Armadilha permite a captura no decorrer de todo ano, podendo acarretar na diminuição da espécie na região em detrimento da aplicação desta técnica.

Gráfico 5 - Técnica de pesca utilizada pelos pescadores artesanais de Cananéia (2018 a 2022)



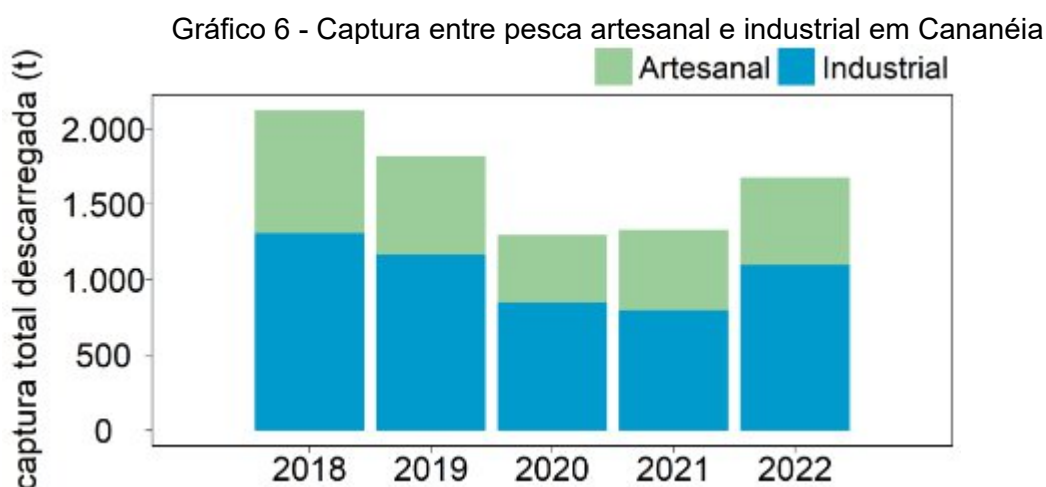
Fonte: Instituto de Pesca, 2022.

As artes da pesca e o conhecimento das épocas de cada peixe, calendário lunar e fluxo da maré são conhecimentos fundamentais para ser um pescador na região. Antigamente este respeito aos fluxos e à recuperação das espécies era amplamente difundido na região, porém, ao se tornar uma atividade comercial relevante, a pesca abusiva também marcou a região, havendo diminuição de diversas espécies, ocorrendo por exemplo a pesca em época de ovulação. Estes problemas marcam a memória dos pescadores e moradores mais velhos, sintetizado no trecho:

*Quando chegou o grillão e o motor, o pessoal começou a matar muito peixe. Começou o comércio para vender essas redes mais sofisticadas e foram matando peixe. No tempo dos meus avós, meus pais, tinha uma regra - uma norma, não era lei: a pesca era maré. Se a maré estava boa pra pescar, pescava. Se não estava, não pescava. Não era a qualquer hora, a qualquer momento. Via se a lua estava boa, se era época boa pra qual peixe. Era uma proteção natural que os pais faziam, não tinha depredação. Há uns anos atrás começou a pesca desordenada. Não se respeitou mais a época do peixe, a desova. Não respeitam mais a maré, a lua. Se olhar hoje, pescam todo dia. Por isso, é claro que o peixe diminuiu. (Morador local, em entrevista concedida a FERREIRA; JANKOWSKY, 2009, p. 67).*

A pesca industrial também é uma realidade na região, sendo realizada principalmente em mar aberto, porém os números são expressivos na escala. Segundo o Instituto de Pesca na região de Cananéia nos anos de 2018-2022, se tratava de um universo de 1.646 pescadores envolvidos, onde a pesca artesanal é

representada por 91% das unidades produtivas enquanto a pesca industrial é de apenas 9%. Porém em toneladas pescadas, a pesca industrial apresenta uma porcentagem maior como pode ser observado no gráfico (Gráfico 6):



Fonte: Instituto de Pesca, 2022.

Os dados demonstram o cenário divergente entre as duas atividades, que não podem ser tratadas de forma igual, em termos de impactos socioeconômicos e na biodiversidade.

#### 4.4 A cultura alimentar e o turismo

A alimentação e cultura alimentar caiçara está em profunda transformação. As atividades econômicas atreladas a estas comunidades afetam sua alimentação. Segundo a pesquisa de Hanazaki (2001), o consumo alimentar destas populações sofre impactos diretos com a interação entre atividade turística, pesqueira e agrária.

É importante ressaltar que a economia familiar caiçara é diversificada e altera em função de cada comunidade (Gráfico 3, p. 53). No caso do PEIC é comum a atividade do turismo ser realizada em alta temporada e a pesca em baixa, principalmente nas comunidades menores. Porém há hoje famílias que vivem apenas do turismo, tornando-se a principal fonte de renda na comunidade do Marujá, Pereirinha e Enseada da Baleia. Mesmo nestas, entretanto, há diversidade de renda familiar.

Sob esta ótica foi utilizado o trabalho de Hanazaki *et al* (2004), contrapondo com o cenário das comunidades do PEIC. No trabalho dos autores, foi utilizado um banco de dados de várias entrevistas com diferentes populações ribeirinhas do Brasil,

comparando o consumo de peixe de cada população<sup>58</sup>. Há 3 comunidades caiçaras do Vale do Ribeira neste trabalho, uma delas é a população caiçara de Pedrinhas no Município de Ilha Comprida-SP, e é a única que possuía o turismo como principal fonte de renda familiar (em 1998). Mesmo possuindo características distintas das comunidades do PEIC (principalmente por não estar inserida num parque estadual), apresenta pontos válidos que serão apresentados a seguir.

A comparação amostral utilizada por Hanazaki *et al* (2004) varia entre as comunidades, com números brutos coletados em cada localidade. Vale ressaltar que cada comunidade caiçara possui peculiaridades, tabus e preferências alimentares distintas em algum grau, porém compartilham de uma base comum. Por exemplo, isso se vê no PEIC onde a comunidade do Marujá se considera mais próxima culturalmente da comunidade Ariri (que se encontra fora do PEIC) do que da comunidade do Pontal do Leste.

Tabela 12 - Porcentagem de pescado na dieta de comunidades caiçaras

<b>Comunidade Caiçara</b>	<b>Porcentagem de Consumo de Pescado</b>	<b>Período Amostrado e frequência</b>
São Paulo do Bagre (Vale do Ribeira)	<b>36%</b>	1998-1999 (mensalmente)
Pedrinhas (Vale do Ribeira)	<b>28%</b>	1998-1999 (mensalmente)
Ponta do Almada (Vale do Ribeira)	<b>44%</b>	1995-1996 (bimensalmente)

Fonte: Adaptação realizada pelo autor, de Hanazaki *et al*, 2004, p. 154.

Mesmo com dados desatualizados e com foco nutricional, esta pesquisa demonstra o impacto da lógica de mercado, numa população historicamente marcada com práticas de subsistência. As produções com interesse financeiro, como o turismo e a própria pesca (que não é mais apenas para subsistência), proporcionam recursos da rede urbana, onde comunidades com maior acúmulo de capital, tem uso e acesso maior a alimentos provenientes destas redes.

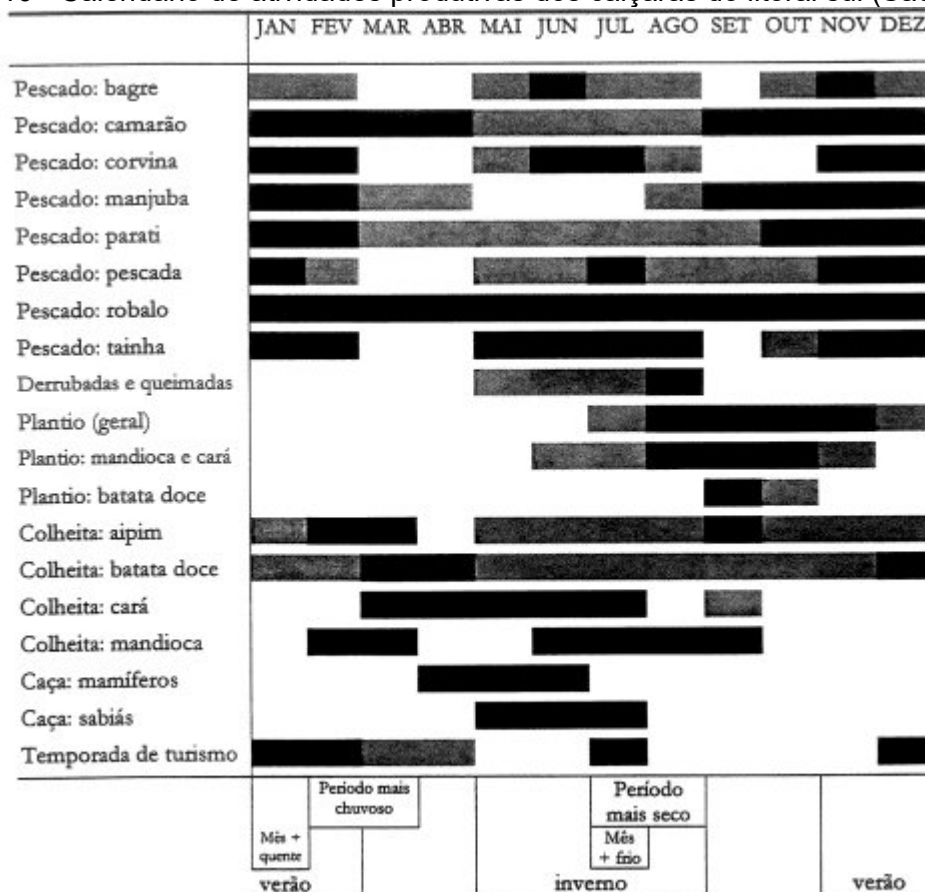
O trabalho de Hanazaki *et al* (2004) também demonstra que as famílias caiçaras dificilmente estão economicamente em apenas uma área. No caso das

<sup>58</sup> Foi utilizado uma técnica de descrição de dieta, por núcleo familiar, pela questão da sazonalidade as entrevistas foram realizadas por um período de um ano (mensalmente), no caso da comunidade da pesquisa de Pedrinhas, totaliza um banco de dados de 997 refeições.

famílias entrevistadas na comunidade do São Paulo do Bagre, apenas 20% das famílias eram ligadas apenas a uma atividade econômica, enquanto 60% tinha o turismo e outra atividade complementar (pesca ou extrativismo) e 0% tinha apenas o turismo (HANAZAKI *et al*, 2004, p. 269). Na comunidade de São Paulo do Bagre na época (1998) não existia uma consolidação no turismo e sim na pesca, com 90 % das famílias vinculadas à atividade pesqueira.

Isso demonstra um fator predominante na cultura caiçara que são as produções de subsistência e de economia estarem ligadas à sazonalidade, tanto nas atividades que já não são praticadas como a caça e agricultura, como na pesca e no turismo. Isso fica claro com a figura a seguir (Figura 10):

Figura 10 - Calendário de atividades produtivas dos caiçaras do litoral sul (São Paulo)<sup>59</sup>



Fonte: HANAZAKI, 2001, p. 71. Legenda<sup>60</sup>

Se comparamos a tabela (Tabela 12, p. 79) com o gráfico de influência do turismo na renda familiar da comunidade do PEIC (Gráfico 3, p. 53), podemos supor

<sup>59</sup> Baseado em observação direta da autora, com comunidades caiçaras de diversas localidades.

<sup>60</sup> Em preto período de maior intensidade, cinza menor intensidade e branco ausência da atividade (ou insignificante).

que as comunidades com maior renda proveniente do turismo são as que mais utilizam recursos da rede de mercados, enquanto as comunidades com maior dependência da pesca utilizam menos. Sobretudo na alta temporada do turismo este fator tende a ser maior, tendo boa parte da comunidade dedicada neste período apenas para a atividade do turismo. As observações de campo na comunidade do Marujá colaboram com essa suposição, pela ocorrência de restaurantes que servem carnes da pecuária, que não são de proveniência da Ilha. Esta suposição, se reforça no trecho de Hanazaki (2004, p. 157):

O turismo estaria resultando numa renda maior e mais previsível, quando comparado a pesca e, com a redução da atividade pesqueira, menos peixe está disponível para o consumo. À medida que a dependência por atividades locais de subsistência diminui, como observado para atividade pesqueira e agrícola de pequena escala, aumenta a dependência por recursos oriundos de centros urbanos e o nicho alimentar para proteína animal tende a contrair, podendo afetar o aporte nutricional desta população.

Este cenário de comunidades com principal atividade no turismo apresenta outros impactos, bem mais profundos na lógica do modo de vida da comunidade local, sobretudo no período de alta temporada como pode ser observado num relato de uma moradora do Marujá:

E eu acho que com o turismo vindo como veio, a gente vive mais como no verão. Não que seja ruim, a gente está trabalhando, é a época que a gente ganha dinheiro para viver no inverno, só que ninguém se vê. Por que [no verão] cada um está trabalhando na sua casa. Aí passa fevereiro 'Nossa! Quanto tempo!'. Não que seja ruim, mas mudou! Todo domingo, quem cuida da igreja somos nós, as mulheres, e as mulheres todas têm pousada e fazem refeição. Então chega a época do verão, passou o natal, não existe mais celebração por que nós não temos tempo mais de ir lá. Depois do Carnaval, nós voltamos com tudo. Então mudou tudo isso. (Moradora do Marujá, em entrevista concedida à ALVAIDES, 2013, p. 141).

#### 4.5 Turismo e a revitalização de práticas

Considerando o cenário de mercantilização, a atividade turística, especialmente em um contexto de populações tradicionais e TBC, tem a capacidade de ressignificar e revitalizar práticas tradicionais e saberes que perderam funcionalidade ou rentabilidade. Este processo pode ter desdobramentos diversos, como apresentado no trecho:

Os impactos podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as capacidades artesanais da população, ou aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou a degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais da população

anfitriã. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida de uma das populações. (COOPER apud MARUJO, 2012, p. 105-106).

Essa capacidade de revitalização dos saberes com o turismo, tende a ter impactos positivos, sobretudo quando a comunidade local desempenha um papel central, garantindo que as práticas revitalizadas tenham relevância e significado genuíno para seus membros, além de ter um valor de memória transmitida entre as gerações, dando sentido a tradições que antes eram apenas compreendidas pelas gerações mais antigas. Dessa forma, evita-se que essas tradições se tornem meros artefatos de fetiche e entretenimento para os turistas, mantendo a autenticidade, fortalecendo o orgulho local e promovendo um intercâmbio entre a comunidade anfitriã e os visitantes (MARUJO, 2012).

Ações neste campo, podem ser relacionadas com a cultura alimentar caiçara no PEIC, como vimos no decorrer deste trabalho, as comunidades locais foram fortemente influenciadas no seu modo de vida, destruindo (e) ou reduzindo inúmeras práticas. Com isso será apresentado a seguir um caso de valorização do saber alimentar do peixe seco realizado na Enseada da Baleia:

Com o fortalecimento do TBC na Enseada da Baleia, a técnica tradicional do peixe seco (p. 70-71), historicamente enraizada na comunidade, ressurgiu após anos de declínio devido à modernização no campo da pesca. As mulheres locais, líderes na iniciativa do TBC<sup>61</sup>, em 2015 revitalizaram a prática ao incorporá-la como parte da identidade cultural e do produto turístico comunitário, utilizando o recurso do turismo, para compra de peixes dos moradores da comunidade (valorizando a atividade da pesca e atores locais). Esse resgate não apenas fortaleceu a economia local, mas também preservou a memória e a tradição.

Em 2018 sob protagonismo comunitário<sup>62</sup> houve a iniciativa de construção de uma estufa para o processo de secagem<sup>63</sup>, a atividade ganhou outra escala, integrando todos os membros da comunidade, além de aumentar a compra de peixes da própria localidade e de comunidades caiçaras vizinhas, fortalecendo diversos atores locais. Hoje, essa atividade complementa a renda na Enseada da Baleia significativamente, além de ser um elemento da identidade local e do próprio atrativo turístico, compartilhando o processo de fabricação com os visitantes, atendendo a gastronomia do consumo local e com a própria venda desta iguaria para os turistas (NABHAN, 2021, p. 49). É importante ressaltar que em 2016, a comunidade sofreu o processo de reassentamento, devido à erosão (p. 36), o engajamento comunitário foi fundamental neste processo e as práticas do TBC e fumagem de peixe, renovaram o sentido para os membros locais.

---

<sup>61</sup> Os homens da comunidade não acreditavam na atividade turística e se posicionaram exclusivamente na pesca.

<sup>62</sup> Com a Associação de Moradores da Enseada da Baleia (AMEB).

<sup>63</sup> A comunidade organizou um projeto que foi aprovado com recurso da Caixa Econômica Federal.

No PEIC, existem diversas oportunidades de valorizar práticas e saberes alimentares ligados à cultura local, pela ação do turismo. As casas de farinha, estruturas históricas presentes nas comunidades, são locais de grande potencial. Antigamente usadas para produzir farinha e subprodutos das raízes (p. 62-63), como a mandioca, esses espaços carregam a história alimentar caiçara. Ações ligadas ao turismo podem agregar valor ao resgatar pratos tradicionais como o biju, cuscuz, coruja, japé<sup>64</sup>, berereca, tapioca, entre outros. Embora alguns desses alimentos ainda sejam consumidos pontualmente pelos atores locais, não há uma associação clara com o turismo<sup>65</sup>, o que poderia enriquecer a experiência dos visitantes e estimular a preservação desses saberes. As casas de farinha desempenham um papel crucial nesse contexto, proporcionando valor histórico aos alimentos e destacando a importância das roças na história caiçara e agressão que sofreram do seu modo de vida.

No PEIC, há 3 casas de farinha consideradas patrimônios arqueológicos nas comunidades do Marujá, Foles e Itacuruçá (SÃO PAULO, 2001, p. 150). Dessas, duas têm maior interação com o turismo no PEIC (Gráfico 3, p. 53). A casa de farinha do Marujá é visitada, mas poderia ser melhor aproveitada. Integrar a produção de alimentos tradicionais ao patrimônio das casas de farinha pode enriquecer a experiência turística, criando oficinas e outros tipos de interações. No entanto, é apenas uma observação de possibilidade, como a ação desta tem impactos complexos, o envolvimento e protagonismo da comunidade são essenciais para que tenha sentido prático e intangível para a comunidade local.

Ações referentes a revitalização de práticas com turismo, tem diversos impactos, um possível é teatificação ou autenticidade encenada (COOPER apud MARUJO, 2012, p. 50), onde são realizadas ações apenas para satisfazer as expectativas do turista, agravando questões ligadas aculturação e perda identidade (BURNS, 2002). O protagonismo comunitário no turismo é crucial para que a revitalização de práticas tenha um fim positivo para comunidade, com práticas que se conectem à história local e tenham significado para a comunidade, valorizando sua própria cultura.

Vale ressaltar que as comunidades caiçaras do PEIC, possuem protagonismo combativo, com clara compreensão da sua identidade cultural, como é abordado por um morador local:

*A identidade cultural é uma coisa que eles sempre falaram: 'Nós vamos perder a identidade cultural'. Eu não vejo que a gente vá perder isso, com a criação do Parque, infelizmente, a gente já tinha perdido muita coisa. Porque as pessoas caiçaras foram impedidas de fazer as roças, foram impedidas de retiradas das canoas. Foram impedidas de várias atividades que hoje, com*

---

<sup>64</sup> Japé ou bolo de roda é uma massa que se assemelha a um pão de queijo, feito a base de polvilho e farinha de milho.

<sup>65</sup> No campo não foram observados subprodutos de mandioca em menus e restaurantes, apenas mandioca frita e tapioca, com caráter de homogeneização se serviço alimentar, que se adequa aos mesmo servidos nos centros urbanos.

*o plano de manejo autorizando, a burocracia ainda é muito grande. E autoriza com limites. A primeira coisa do morador tradicional é ter as raízes aqui fincadas. E por raízes eu digo antepassados, formadores deste local, de conscientização, de luta pelo ideal e pela permanência disso (...) Ser caiçara é isso, é viver em comunhão com o meio ambiente sem causar nenhuma agressão.(...) Eu vejo que o turismo foi a forma de conciliar a vida dos caiçaras aqui dentro sem a agressão a natureza. Porque hoje, praticamente, a Ilha do Cardoso, as pessoas que vivem aqui não tiram nada de dentro daqui, do Parque da Ilha do Cardoso. Antes eles tiravam o mourão, tiravam a taquara, a caça, hoje não tiram nada. Hoje dá dó da gente ver palmitero clandestino acampando e tirando muito palmito. (Morador local, em entrevista concedida a ALVAIDES, 2013, p. 142).*

Esta compressão e engajamento é fundamental para que o turismo realizado no PEIC tenha finalidade positiva para as comunidades locais, utilizando o turismo como ferramenta para a manutenção do seu modo de vida e fortalecendo a própria comunidade em si, tendo esta dinâmica de construção e reconstrução contínua, adequando-se aos novos paradigmas locais.

## 5. CONCLUSÃO

Desde a década de 1950, as comunidades caiçaras do Vale do Ribeira enfrentam transformações significativas. O modo de vida dessas comunidades tem sido impactado por influências externas, como a intervenção do Estado por meio das Unidades de Conservação e o fluxo das grandes cidades na região costeira, alterando o território com novas normas, loteamentos e especulação imobiliária. Essas mudanças têm promovido uma transição do modelo de subsistência tradicional para uma lógica de mercado, especialmente nas atividades de pesca e turismo, afetando não apenas a alimentação, mas diversos aspectos do cotidiano dessas comunidades.

O trabalho destaca a transformação das comunidades, relacionando-as às interferências e mudanças estatais na política legal das UC's e no uso do turismo. Nas primeiras décadas do PEIC, o turismo se impôs de maneira agressiva, afetando a produção, alimentação, conseqüentemente sua existência e seu próprio território. Contudo, nas últimas décadas, a gestão do PEIC adotou uma abordagem horizontal, promovendo o protagonismo comunitário e a cooperação com os atores locais. Isso permitiu um engajamento das comunidades com o turismo, através do TBC, reduzindo o êxodo e tornando-se a principal fonte de renda local, tornando-se o turismo uma ferramenta da comunidade em relação a valorização de sua cultura, saberes e práticas. Afetados por esta interferência promovidos anteriormente pela própria criação do PEIC, adequando o turismo a esta nova realidade local. A monografia também expõem a complexidade e fragilidade das questões legais em relação as populações residentes do PEIC, como este documentos e leis afetam o presente e o futuro destas populações.

Esta pesquisa evidencia a escassez de estudos recentes sobre o turismo no PEIC, apesar das inúmeras mudanças na região. Explorar essa lacuna seria enriquecedor, especialmente ao considerar a carência de pesquisas que abranjam todas as comunidades da Ilha, não apenas focadas na comunidade do Marujá. Um estudo atual, colaborativo com as comunidades do PEIC, é crucial para compreender os impactos das transformações das últimas duas décadas. Analisar a crescente dependência do turismo, os efeitos da implementação da RESEX da Ilha da Tumba na produção e extração locais, investigar a interação dos turistas e suas motivações são áreas promissoras para futuras pesquisas, enriquecendo o conhecimento sobre a dinâmica e os desafios enfrentados por essas comunidades. As pesquisas

apresentadas ao longo deste trabalho, especialmente a de Hanazaki (2001), destacam que abordagens metodológicas centradas na alimentação são eficazes para compreender mudanças mais profundas na comunidade. Elas revelam a importância dos aspectos relacionados à rotina e à sazonalidade como fatores significativos a serem analisados, podendo ser uma abordagem no campo de pesquisa do turismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Marco Antonio; BAVA, Emiliano Caccia. **Ecoturismo**. 1997.

ALVAIDES, Natalia Kerche. **Tradições traduzidas: um estudo psicossocial sobre as memórias sociais dos moradores da comunidade do Marujá-Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. 2013.

ALVAR, Júlio; ALVAR, Janine. **Guaraqueçaba, mar e mata**. Curitiba. UFPR, 1979.

ANGULO, Rodolfo José; SOUZA, Maria Cristina de; MULLER, Marcelo Eduardo. **Previsão e consequência da abertura de uma nova barra do Mar do Ararapira, Paraná-São Paulo, Brasil**. Quaternary and Environmental Geosciences, v. 1, n. 2, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BEZERRA, Givaldo Santos. **Os fundamentos teóricos-conceituais do ecoturismo**. Centro Federal, 2009.

BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto. **O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas**. Sustainability in Debate, v. 3, n. 1, p. 97-115, 2012.

CAMPOLIM, Marcos Bühner *et al.* **Avaliação da capacidade de suporte da visitação na Praia do Itacuruçá/Pereirinha-Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP)**. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 15, n. 2, 2022.

CARVALHO, Maria Celina P; SCHMITT, Alessandra. **Relatório Técnico Científico para Identificação de Famílias Tradicionais presentes no Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. São Paulo: 2012.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro *et al.* **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. 2008.

COSTA, Luciana de Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon. **A patrimonialização de referentes culturais alimentares no Brasil**. Revista Confluências Culturais, v. 9, n. 2, 2020.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

DAMATTA, Roberto. **La cultura de la mesa en Brasil**. El Correo UNESCO, 1987.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. bras. Paráfrase; Railton Sousa Guedes. Coletivo Periferia. In: [www.geocities.com/projetoperiferia](http://www.geocities.com/projetoperiferia). 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador**. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Enciclopédia caiçara, Vol IV: História e Memória Caiçara**. São Paulo: Hucitec, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Cultura e meio-ambiente na região Estuarina de Iguape-Cananéia-Paranaguá**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população**. São Paulo, CENPEC, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP. 6a ed. 198p. 2008.

FERREIRA, Mariana Vianna; JANKOWSKY, Mayra. **Cozinha Caiçara: Encontro de Histórias e Ambientes**. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2009.

FONTELLA, Joni Márcio Dorneles. **O Fandango Caiçara e o Conceito de Carnavalização de Bakhtin**. *Ideação*, v. 20, n. 2, p. 124-138. 2019.

FISCHLER, Claude. **L'omnivore**. Paris: Poche Odile Jacob, 2001.

GADELHA, Crismare. **PROIBIDO TRABALHAR: problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GIDDENS, Anthony . **Mundo em descontrole: O que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

GRABNER, Maria Luiza (Ed.). **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais**. Ministério Público Federal, 6a Câmara de Coordenação e Revisão, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Lisboa: Edições 70, 1987.

HANAZAKI, Natalia. *et al.* **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. Editora Hucitec, 2004.

HANAZAKI, Natalia. **Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta**. Campinas. Tese de Doutorado. 2001.

HINTZE, Hélio César. **Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?**. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 2, n. 1, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?**. Bartholo, Roberto. Turismo de base comunitária. Letra e imagem, p. 108-121, 2009.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LAMPARELLI, Claudia Condé *et al.* **Mapeamento dos ecossistemas costeiros do Estado de São Paulo**. In: **Mapeamento dos ecossistemas costeiros do Estado de São Paulo**. 1998.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Vol. 322. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: MinC/IPHAN/FNA, 2006.

MANN, Charles C. **1493-A Descoberta do Novo Mundo que Cristovão Colombo Criou**. Leya, 2012.

MARINHO, Maurício de Alcântara.; ANGELO FURLAN, Sueli. **Conflitos e possíveis diálogos entre parques e populações**. IN: **Floresta e Ambiente**, v. 14, p. 22-34, 2007.

MARINHO, Maurício de Alcântara. **Territorialidade e governança em áreas protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

MARUJO, Noémi. **Turismo, turistas e eventos: o caso da Ilha da Madeira**. 2012.

MALDONADO, Carlos. **O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44, 2009.

MENDONÇA, Ana Lúcia Furquim. **A ilha do Cardoso: O parque Estadual e os moradores**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

MEDA, RENATA VIEIRA ; ARAUJO, MIGUEL ETINGER . **Populações tradicionais no reconhecimento dos territórios de conservação: função socioambiental da propriedade na proteção da diversidade biológica e cultural**. In: XXIII Encontro

Nacional do CONPEDI, 2014, Florianópolis. XXIII Encontro Nacional do CONPEDI, 2014. Florianópolis: FUNJAB, 2014.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. **Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão.** Revista Turismo em análise, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.

MIRANDA, Tatiana Mota. *et al.* **Existe utilização efetiva dos recursos vegetais conhecidos em comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso, estado de São Paulo, Brasil.** Rodriguésia, v. 62, p. 153-169, 2011.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** Tradução de Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MORAES, Edilaine Albertino. *et al.* **Redes de turismo de base comunitária: reflexões no contexto latino-americano.** Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 9, n. 6, 2016.

MORAES, Héliana Maria Teixeira; LIGNON, Marília Cunha. **Caracterizando os Visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP): subsídio para o planejamento de atividades turística-educacional em áreas de manguezal.** Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 5, n. 3, 2012.

NABHAN, Natalia. **Dois mares que se juntam e a coletividade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP.** Sorocaba: UFSCar, 2021.

NOBLIT, George W.; HARE, R. Dwight. **Meta-ethnography: Synthesizing qualitative studies.** sage, 1988.

REIS, Alessandra Freire; QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. **Concessões nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: reflexões, oportunidades e desafios.** Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 10, n. 2, 2017.

VIANNA, Lucila Pinsard; ADAMS, Cristina; DIEGUES, Antônio Carlos. **Conflitos entre populações humanas em unidades de conservação na Mata Atlântica.** Relatório de pesquisa – versão preliminar. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

SALVATI, Sérgio Salazar. **Planejamento do ecoturismo. Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF, p. 33-88, 2003.

YKEMOTO, Fabianne Yoko. **Perspectivas turísticas da Barra do Ribeira.** 2007.

ZMYSLOWSKI, Caio Tancredi. *et al.* **Parcerias Público-Privadas em Unidades de Conservação ameaçam o Turismo de Base Comunitária e a Sustentabilidade de Comunidades Tradicionais.** Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 10, n. 3, p. 293-316, 2021.

## Normas e textos legais

BRASIL. Lei N° 9.985 de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 02/10/2023.

BRASIL. DECRETO LEGISLATIVO N° 2, DE 1994. Brasília, DF, 03 fev. 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-2-3-fevereiro-1994-358280-publicacaooriginal-1-pl>. Acesso em: 29/10/2023.

BRASIL. Decreto N° 3.551, de 4 de AGOSTO de 2000. Brasília, DF, 04 ago. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%203.551%2C%20DE%204.Imaterial%20e%20dá%20outras%20providências](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%203.551%2C%20DE%204.Imaterial%20e%20dá%20outras%20providências). Acesso em: 05/12/2023.

BRASIL. Decreto N° 6.040 DE 2007. Brasília, DF, 07 fev. 2007. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/409686/publicacao/15735538>. Acesso em: 04/11/2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Chamada Pública MTur n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios\\_contratos/selecao\\_p\\_rotejos/Editais/Chamada\\_Pxblica\\_de\\_Projetos\\_0012008.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_p_rotejos/Editais/Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf). Acesso em: 14/10/2023.

BRASIL. ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes**. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, 2018. Disponível em: [https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2020-03/turismo\\_de\\_base\\_comunitaria\\_em\\_uc\\_2017.pdf](https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2020-03/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf). Acesso em: 14/10/2023.

BRASIL. Decreto N° 4.340 de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 ago. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm). Acesso em: 02/10/2023.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil**. Brasília: Embrapa. v. 3. (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais); 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1109452/sistemas-agricolas-tradicionais-no-brasil>. Acesso em: 06/10/2023.

SÃO PAULO. Decreto N. 25.341 de 1986. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SP, 4 de junho. 1986. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1986/decreto-25341-04.06.1986.html>. Acesso em: 03/10/2023.

SÃO PAULO. Decreto N° 40.319 de 1962. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SP, 3 de julho. 1962. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1962/decreto-40319-03.07.1962.html>. Acesso em: 03/10/2023.

SÃO PAULO. Plano de Manejo para o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Por: NEGREIROS, Osmar Correa. *et al.* São Paulo, Instituto Florestal, Boletim técnico, 1974. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F0D00353.pdf>>. Acesso em: 07/10/2023.

SÃO PAULO. DECRETO N° 57.401, DE 2011. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SP, 06 de out. 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57401-06.10.2011.html#:~:text=Decreta%3A,do%20Estado%20de%20São%20Paulo>>. Acesso em: 02/11/2023.

SÃO PAULO. LEI N° 16.260, DE 2016. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SP, 29 de jun. 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>> Acesso em: 02/11/2023.

SÃO PAULO. Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Fase 2. Projeto de Preservação da Mata Atlântica (Cooperação Financeira Brasil – Alemanha). KFW: Instituto Florestal. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo, 2001. Versão revisada em 2021. Disponível em: <<http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/SergioSalvati2.pdf>> Acesso em: 27/09/2023.